

smart **energy** world

Um mundo inteligente e eficiente, onde a energia da natureza é a nossa energia. Onde a sustentabilidade e competitividade são a essência da autonomia e produção energética. Onde a liderança na inovação e tecnologia respeita o futuro do planeta. É este o nosso mundo. O mundo EDP Distribuição.





índice

6	CARTA DO PRESIDENTE
8	PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE
10	ÓRGÃO SOCIAIS
11	ORGANIGRAMA
12	ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
13	VISÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO
14	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO
15	FACTOS RELEVANTES NA VIDA DA EMPRESA
16	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO
17	RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À ACTIVIDADE

actividade operacional e comercial

20	ENERGIA DISTRIBUÍDA
23	PREÇOS
23	CLIENTES
24	PROCESSOS, GESTÃO, INOVAÇÃO

investimentos

32	ACTIVOS DA REDE
34	MICROPRODUÇÃO
34	LIGAÇÃO DE PRODUTORES EM REGIME ESPECIAL

qualidade do serviço

38	QUALIDADE DE SERVIÇO COMÉRCIAL
38	QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA
39	DESEMPENHO AMBIENTAL

pessoas

42	QUADRO DE PESSOAL
42	PROGRAMAS E ACÇÕES
43	FORMAÇÃO PROFISSIONAL
43	PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SINISTRALIDADE

análise económica e financeira

46	BALANÇO
46	FINANCIAMENTO
47	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
48	INVESTIMENTO

considerações finais

52	PERSPECTIVAS PARA 2011
52	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
52	NOTA FINAL

anexos

56	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
58	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
62	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





CARTA DO PRESIDENTE

A EDP Distribuição em 2010 manteve enfoque no desenvolvimento de capacidades que lhe permitam enfrentar com sucesso os importantes desafios que se perspectivam no futuro próximo no sector da distribuição de energia eléctrica.

O Programa Distribuição 2012, cujo arranque ocorreu este ano, com o envolvimento de toda a empresa, tem um papel fundamental na prossecução daquele objectivo. O sucesso atingido com a sua implementação, já durante o ano, evidência a qualidade do saber, o alto nível de experiência e o reconhecido empenho e dedicação dos colaboradores da empresa na assimilação e aplicação das principais mensagens deste Programa, as quais promovem o foco na Execução, no maior Envolvimento das pessoas, na Simplicidade dos métodos e processos e na Inovação das soluções encontradas.

Os passos dados e o nível de desenvolvimento do Projecto InovGrid, no qual se inclui o projecto InovCity em Évora, são um bom exemplo do sucesso obtido com a aplicação dos princípios inerentes ao Programa Distribuição 2012.

São também motivo de grande satisfação os excelentes resultados obtidos com as acções para controlo e melhoria da qualidade de serviço comercial e técnica, fruto das actividades desenvolvidas, no relacionamento com o cliente por um lado, e na actuação na rede de distribuição traduzidas por políticas de investimento

e manutenção adequadas e incremento da automação das instalações por outro. Os padrões gerais de qualidade de serviço comercial foram todos cumpridos e, mesmo com a ocorrência de fenómenos atmosféricos particularmente adversos em número e violência superiores à média dos últimos anos, os indicadores que medem o desempenho da qualidade técnica de serviço continuaram a atingir valores crescentemente melhores.

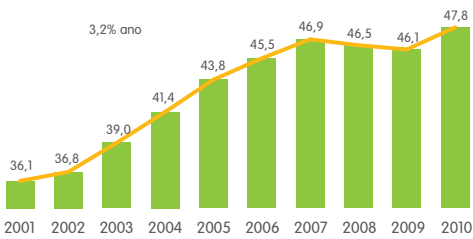
Assumimos com responsabilidade e empenho o papel que foi atribuído à empresa no âmbito da Mobilidade Eléctrica, mostrando mais uma vez que a empresa está em condições de responder aos desafios que são apresentados, quer internamente ao Grupo, quer externamente.

O balanço do ano, evidencia que as escolhas e as opções tomadas pela empresa estão a contribuir para que a EDP Distribuição seja uma referência em eficiência a nível nacional e internacional, para o desenvolvimento profissional e pessoal das pessoas que a constituem e constroem no dia-a-dia, e para o reconhecimento da sua acção social relevante.

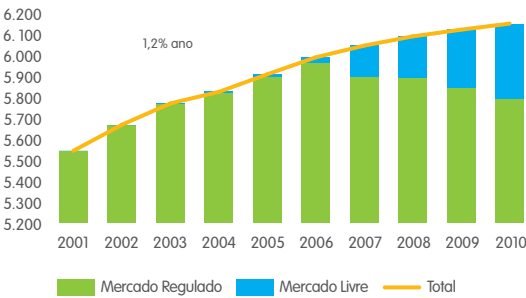
Temos a consciência de termos cumprido com qualidade todos os objectivos que nos foram propostos e para que nos propusemos. Os Programas implementados transversalmente à empresa e o envolvimento e empenho demonstrado dos seus participantes, dão-nos excelentes expectativas para os anos futuros.

principais indicadores de actividade

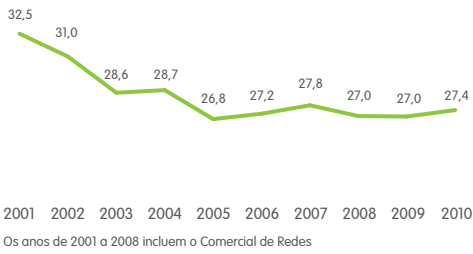
Evolução da Energia Distribuída (TWh)



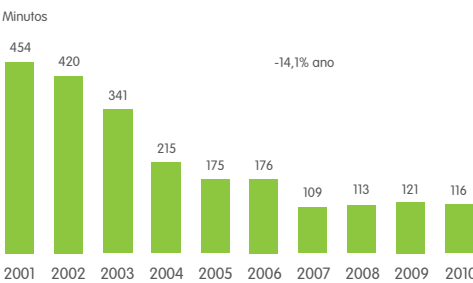
Evolução do Número de Clientes (Milhares)



Preços do Uso da Rede de Distribuição
Euros/MWh.Preços 2010

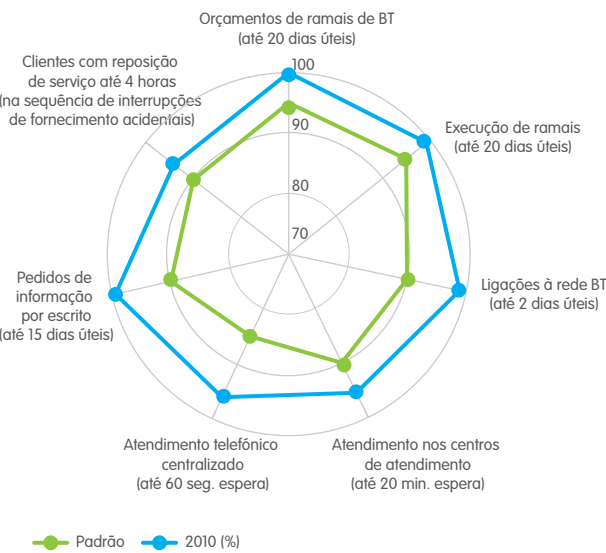


Tempo de Interrupção Equivalente
da Potência Instalada em Média Tensão (TIEPI)

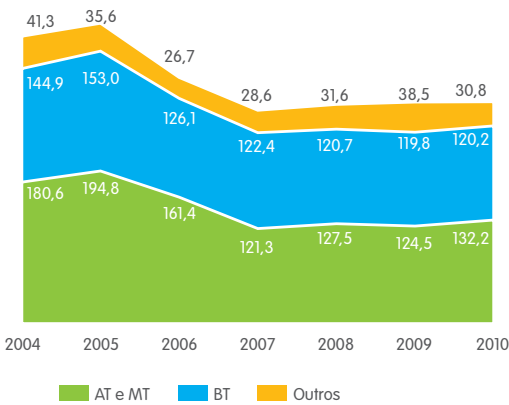


* Não inclui eventos extraordinários

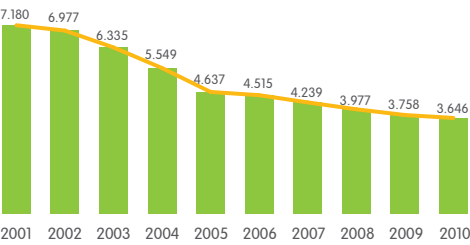
Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial
(Valores em %)



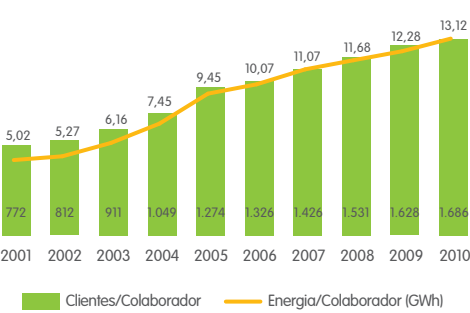
Investimento a Custos Técnicos
(preços correntes)



Colaboradores no Activo



Clientes/Colaborador. Energia/Colaborador



PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

Rubricas	Unidades	2010	2009
Energia Eléctrica Entrada na Rede de Distribuição (MR + ML)	GWh	51 614	49 422
Distribuição de energia eléctrica ao Mercado Regulado	GWh	30 581	37 626
Distribuição de energia eléctrica ao Mercado Livre	GWh	17 255	8 520
Energia Eléctrica Distribuída (MR + ML)	GWh	47 836	46 146
Perdas na Rede de Distribuição (MR + ML)	GWh	3 778	3 276
Proveitos de Venda de Acessos (a)	milhões Euros	3 238	1 663
Investimento Total	milhões Euros	291	294
Instalações em Serviço (final do ano)			
Subestações-Potência de transformação	MVA	16 538	16 083
Linhas de Distribuição	km	219 525	218 226
Postos de Transformação-Potência instalada	MVA	19 075	18 571
Número de Clientes (final do ano) b)		6 149 046	6 119 805
Nº Trabalhadores (final do ano)		3 646	3 758

a) Inclui uso de redes por parte dos clientes do Mercado Livre e exclui Desvio Tarifário.
b) Mercado Regulado + Mercado Livre.

BALANÇO

milhões de Euros	2010	2009 Proforma	Δ%
ACTIVO			
Activos tangíveis e intangíveis	2 469	2 507	-1,5%
Investimentos financeiros	105	105	0,1%
Impostos diferidos activos	423	374	13,1%
Clientes	717	442	62,4%
Devedores e outros activos	451	437	3,2%
Inventários	17	18	-6,6%
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-10,5%
Total	4 183	3 884	7,7%
CAPITAL PRÓPRIO	486	551	-11,7%
PASSIVO			
Empréstimos (MLP+CP)	1 428	628	127,4%
Benefícios aos empregados	1 333	1 344	-0,8%
Provisões para riscos e encargos	57	57	-0,4%
Passivos por impostos diferidos	34	61	-44,3%
Credores e outros Passivos (líquido)	845	1 243	-32,0%
Total	4 183	3 884	7,7%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

milhões de Euros	2010	2009	Δ Valor	Δ%
Margem Bruta	1 225	1 222	3,0	0,2%
Fornecimentos e serviços externos	229	225	4,1	1,8%
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	229	222	6,5	2,9%
Rendas das concessões	238	240	-1,2	-0,5%
Outros custos operacionais (líquidos)	- 29	- 33	4,6	-13,8%
Custos Operacionais	667	653	14,0	2,1%
Resultado Operacional Bruto	558	569	-11,0	-1,9%
Provisões para riscos e encargos	5	6	-1,5	-24,1%
Depreciações e Amortizações Líquidas	243	242	1,2	0,5%
Resultados Operacionais	310	321	-10,7	-3,4%
Resultados Financeiros	- 34	- 59	25,1	-42,5%
Resultados antes de impostos	276	262	14,4	5,5%
IRC e Impostos diferidos	- 34	- 50	16,0	-32,4%
Resultado Líquido do Exercício	242	212	30,4	14,4%

órgãos sociais

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Nuno Pedro Collares Pereira Galvão Teles
Presidente

Dra. Maria Teresa Isabel Pereira
Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº João José Saraiva Torres
Presidente

Engº Ângelo Manuel de Melo Sarmento
Administrador

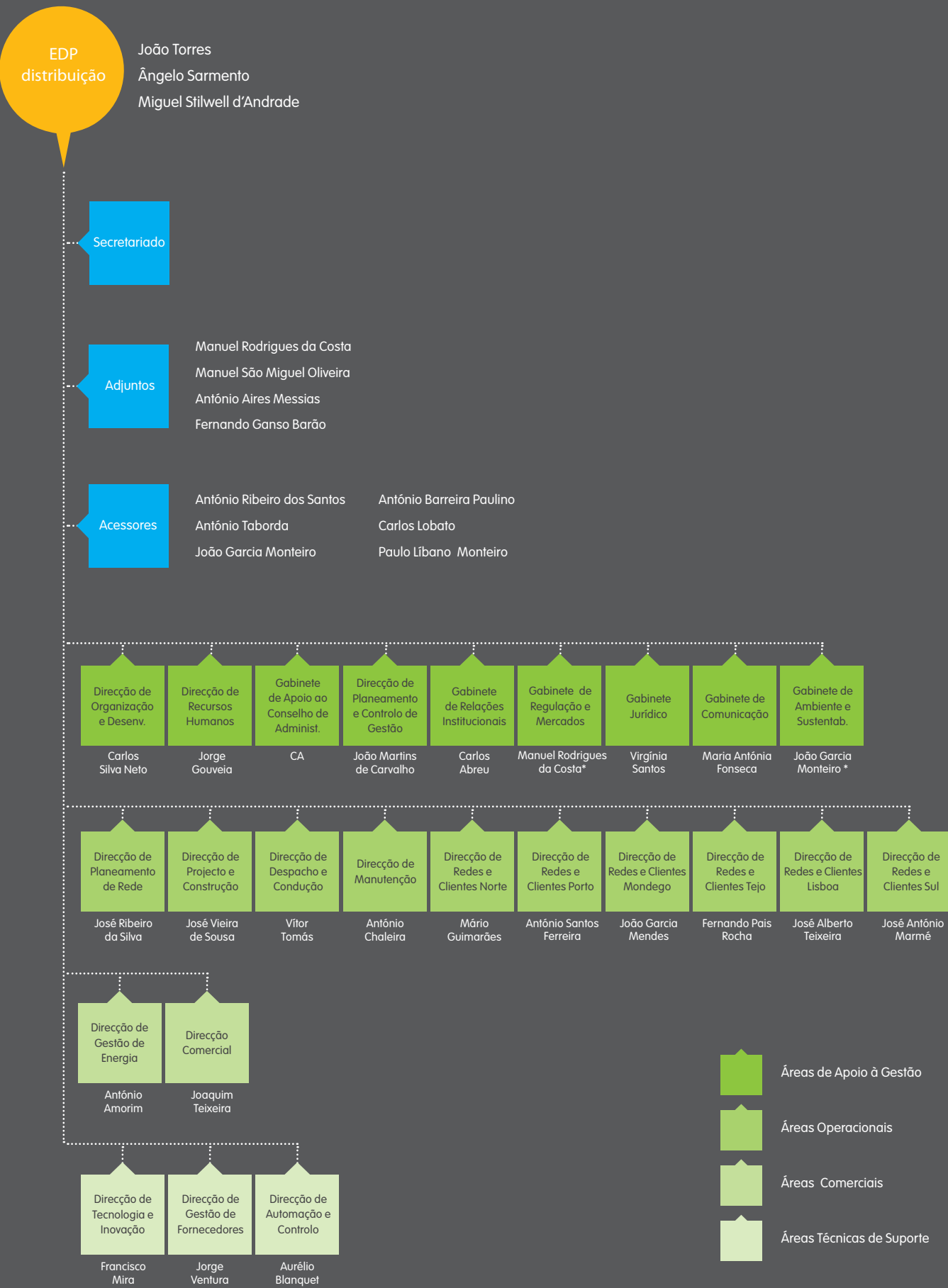
Engº Miguel Stilwell d’Andrade
Administrador

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

ROC Efectivo: KPMG & Associados – SROC, S.A., representada por
Dr. Jean-éric Gaign

ROC Suplente: **Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho**

organigrama



* Advogado

enquadramento do negócio da edp distribuição

O sector eléctrico em Portugal pode ser dividido em quatro actividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes baixa tensão normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de electricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua actividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de electricidade em AT/MT, renovada por 35 anos em 2009;
- Concessões para distribuição de Electricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia eléctrica contempla essencialmente três tipos de actividades:

- Garantir o abastecimento de electricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objectivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planear, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efectuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (switching), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da actividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EPD Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

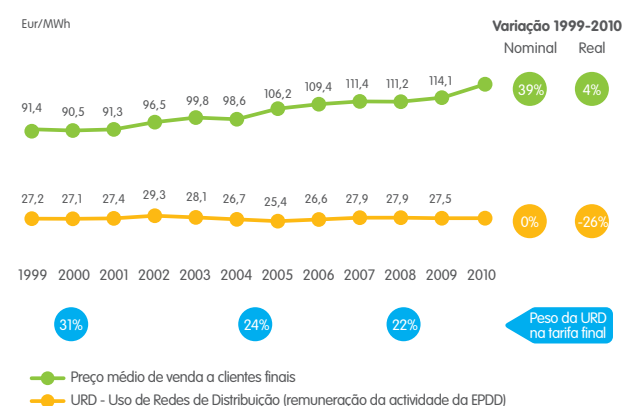
- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação ao quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de optimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador;
- Amortização e Remuneração do activo regulatório: compensação pelo investimento realizado em activos regulatórios. De realçar que nem todo o investimento é considerado um activo regulatório (p.ex. contadores) e, como tal, não é recuperado na tarifa.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

Este modelo de remuneração muito restritivo tem condicionado a rentabilidade da EDP Distribuição, conduzindo historicamente a uma rentabilidade global inferior ao custo de capital do negócio. No entanto, tem também sido um indutor de uma procura constante de ganhos de produtividade na actividade da Empresa, que têm sido passados na totalidade para os clientes

finais. Este efeito pode ser observado comparando a evolução da remuneração da actividade de distribuição (URD/kWh) com a evolução das tarifas finais nos últimos 10 anos. Verifica-se que o custo nominal da actividade de distribuição tem-se mantido constante, resultando numa redução do custo real da actividade de 26%

Evolução do preço médio de venda a clientes finais vs. Remuneração média da EDP por MWh (Preços nominais)



Adicionalmente à remuneração da sua operação a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas. Também na dimensão disponibilidade da rede a evolução tem sido notável, observando-se uma redução média anual de 14,1% no Tempo de Interrupção Equivalente (TIE), assim como uma redução substancial das assimetrias a nível nacional.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do sector eléctrico e da relação dos clientes com o consumo de energia. Nesse sentido, a Empresa tem sido o promotor (ou participante activo) de várias iniciativas, como p.ex.: a implementação na rede de carregamento de veículos eléctricos, a implementação de redes inteligentes em Évora e a promoção de pilotos de eficiência energética na iluminação pública, entre outros.

visão da edp distribuição



enquadramento legislativo e regulatório

O ano de 2010 foi marcado pela publicação de diversa legislação e regulamentação com impacte directo na actividade exercida pela EDP Distribuição.

MOBILIDADE ELÉCTRICA

Inserido no Programa da Mobilidade Eléctrica, foi publicado o D.L. n.º 39/2010 que regula a organização, o acesso e o exercício das actividades de mobilidade eléctrica e, com destaque para a EDP Distribuição, a actividade de gestão de operações da rede de mobilidade eléctrica e as atribuições da respectiva sociedade gestora. Em cumprimento deste D.L., a EDP Distribuição constituiu duas sociedades: a SGORME - Sociedade Gestora de Operações de Rede de Mobilidade Eléctrica, S.A., para exercer a actividade de gestão de operações da rede de mobilidade eléctrica, e a EDP MOP - Operação de Pontos de Carregamento da Rede de Mobilidade Eléctrica, S.A., para exercer a actividade de operação de pontos de carregamento, no âmbito da execução da rede piloto de mobilidade eléctrica.

CONTADORES

A revisão tarifária concretizada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em 2009, determinou a criação de novas tarifas para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Especial (BTE), assim como alteração dos períodos horários aplicáveis em ciclo diário para este segmento de clientes.

Neste âmbito, o Despacho n.º 14251/2009 determinou o início de uma campanha para adequação do parque de contadores às novas opções tarifárias. Esta campanha, cujo início se concretizou em 2009, teve a sua conclusão em 2010 e incidiu num total aproximado de 350 mil instalações, constituindo a maior campanha deste género até agora realizada.

MUDANÇA DE COMERCIALIZADOR

Na sequência da revisão do Regulamento de Relações Comerciais, com o objectivo de tornar equivalentes, em termos de regras, os mercados regulado e liberalizado, desenvolveram-se durante o ano trabalhos de adequação da plataforma informática Mudança de Comercializador, de forma a que a mesma passasse a suportar a troca de mensagens relativas à interrupção e restabelecimento do fornecimento de energia eléctrica, permitindo aos comercializadores em regime de mercado solicitar ao Operador da Rede de Distribuição a interrupção do fornecimento dos seus clientes, no caso de existência de dívidas.

Na sequência desta alteração, foram igualmente modificadas as Condições Gerais do Contrato de Uso das Redes.

TARIFA SOCIAL

Foi alterado o critério de concessão da tarifa social, para aplicação em 2011, que passará a poder ser atribuída, mediante o cumprimento de determinadas condições, a qualquer cliente de Baixa Tensão Normal (BTN) com potência contratada até 4,6 kVA, sendo o desconto atribuído na tarifa de acesso à rede.

REGIME DE INTERRUPTIBILIDADE

O regime de interruptibilidade foi alterado pela Portaria n.º 592/2010, passando a ser aplicável a todos os clientes dos mercados regulado e livre, com potência máxima interruptível não inferior a 4 MW.

ENERGIA REACTIVA

As novas regras de facturação da energia reactiva, obrigam o operador da rede de distribuição a disponibilizar aos diversos comercializadores informação, por cada cliente constante da respectiva carteira, dos impactes decorrentes dos novos limiares de compensação de energia reactiva.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Publicada a Lei n.º 30/2010 que no futuro, após regulamentação, terá implicações na Empresa no âmbito da temática campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas e de instalações e equipamentos eléctricos, e nos mecanismos de definição dos limites da exposição humana a estes campos.

MICROPRODUÇÃO

Publicado o D.L. n.º 118-A/2010 que cria condições para produzir mais electricidade em Baixa Tensão, de forma mais simples, mais transparente e em condições mais favoráveis. Aumenta-se a quantidade de electricidade que pode ser produzida, passando a potência atribuída dos 14 MW para 25 MW, e passa a ser obrigatório para a generalidade dos comercializadores comprar a electricidade microgerada. É também facilitado o acesso à microprodução a entidades que prestem serviços de carácter social e na área da defesa, segurança e no âmbito do Estado ou das autarquias locais, e foram simplificados e tornados mais transparentes os procedimentos para o registo da produção neste regime.

MINIPRODUÇÃO

Publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010 que determina um conjunto de medidas que visam criar um enquadramento para a actividade de miniprodução, de forma que esta forma de produção, à semelhança da microprodução, constitua um significativo contributo para o cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020).

Entende-se como miniprodução a actividade de pequena escala de produção descentralizada de electricidade, recorrendo para tal a recursos renováveis baseados numa só tecnologia cuja potência de ligação à rede seja igual ou inferior a 250kW.

factos relevantes na vida da empresa

PROGRAMA DISTRIBUIÇÃO 2012

O ano de 2010 foi o ano de arranque do Programa Distribuição 2012, em 7 de Setembro. Os trabalhos para a concepção e lançamento deste Programa tiveram início no ano anterior, simultaneamente com o encerramento do Programa Distribuição 2010, e tiveram o foco na mobilização da Empresa para enfrentar os importantes desafios que se perspectivam até 2012, atingindo os desígnios traçados e perseguindo o principal objectivo, que constitui a visão da Empresa, de ser o operador líder de redes de distribuição de electricidade a nível ibérico e uma referência a nível europeu.

As principais mensagens deste Programa são Execução, Envolvimento, Simplicidade e Inovação, e assenta em cinco eixos estratégicos: Risco Controlado; Rentabilidade Superior; Excelente Qualidade de Serviço; Inovação Constante; Cultura Organizacional.

Cada um destes eixos tem o envolvimento directo do Conselho de Administração da EDP Distribuição e responsáveis pela coordenação dos Comitês de Acompanhamento das Iniciativas.



PROJECTO INOVGRID

O Projecto InovGrid teve o seu desenvolvimento com uma actividade muito intensa na implementação do Projecto Piloto InovCity, lançado em Abril 2010, para o qual foi escolhida a cidade de Évora. Este Projecto visa dotar a rede eléctrica de novas capacidades para gerir as alterações a nível da oferta e procura de energia, integrando o aumento dos níveis de fontes de energia e produção distribuída. Os novos equipamentos inteligentes instalados na rede, potenciam a eficiência energética, a produção distribuída e a mobilidade eléctrica, paralelamente com vantagens para a qualidade de serviço, para a contenção de custos de operação e para a sustentabilidade ambiental, pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável. Permitirão ainda o desenvolvimento de serviços que aportem valor ao Consumidor/Produtor.

MOBILIDADE ELÉCTRICA

No âmbito da mobilidade eléctrica, a EDP Distribuição tem uma participação maioritária na SGORME - Sociedade Gestora de

Operações, S.A., de 51%, e de 100% na EDP MOP – Operador de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A., sociedades criadas para o desenvolvimento da rede de abastecimento para carregamento de baterias de veículos eléctricos em Portugal, em cumprimento do estabelecido no Dec-Lei 39/2010 de 26 de Abril, estando em curso a concretização da rede piloto, de âmbito nacional, que abrange 25 cidades.

CONTROLO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Destaca-se a disciplina de controlo dos custos operacionais (OPEX), para o qual contribuiu o Projecto OPEX II em que, das 162 actividades previstas realizar até ao seu encerramento em 2012, 134 foram concluídas até ao final do ano. Relativamente ao ano base 2007, este Projecto gerou poupanças de 50,5 milhões de euros, superior ao compromisso assumido pela Empresa para 2010 assim como ao objectivo fixado para o último ano.

EMPREITADA CONTÍNUA 2010

Na área da actividade operacional, destaca-se o arranque da nova Empreitada Contínua 2010 (EC2010) e da realização de projectos de empreitadas no âmbito das subestações, procedendo-se à qualificação de empresas interessadas nestes tipos de trabalhos. Pretende-se que, no futuro, estas empreitadas e a EC2010 constituam uma única.

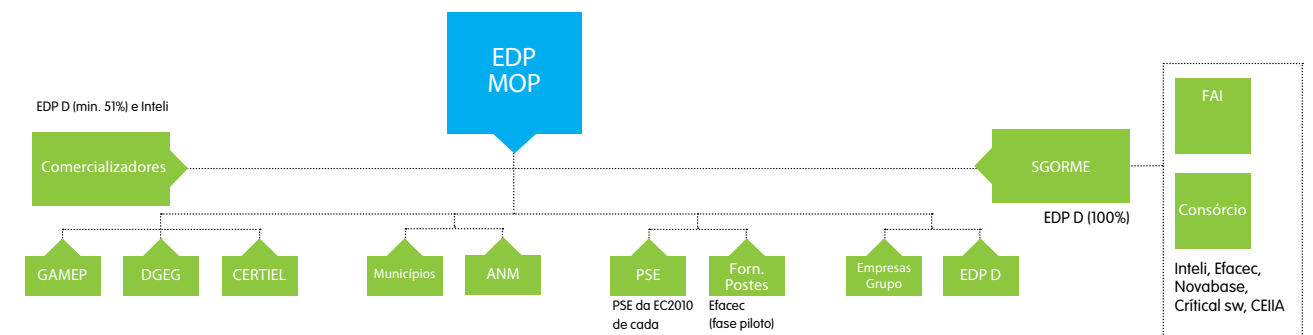
QUALIDADE DE SERVIÇO

À semelhança do ano anterior, as condições atmosféricas verificadas no ano tiveram picos de gravidade significativa, nomeadamente a tempestade Xynthia, em 27 de Fevereiro, vento e chuva muito fortes em 3 de Outubro, que afectaram 1 200 e 300 mil clientes no Norte e Centro do país respectivamente, e o tornado em 7 de Dezembro nos concelhos de Tomar e Sertã, que afectou 50 mil clientes. Estes eventos extraordinários representaram 30, 5 e 1 minutos, respectivamente, de Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI).

Apesar das condições climáticas menos favoráveis, o cômputo geral da qualidade de serviço técnica verificada no ano, segue a tendência de melhoria dos últimos anos, traduzida pelo indicador TIEPI que registou 116 minutos, excluídos os eventos extraordinários.

PRODUÇÃO DISTRIBUÍDA

A adesão de novos clientes à produção distribuída, no âmbito da legislação específica, teve um incremento significativo com a ligação à rede de 5 235 novas instalações com uma potência instalada de 18,6 MW. Também a ligação de novos Produtores em Regime Especial (PRE) teve um aumento grande, embora com valores de potências instaladas inferiores decorrente dos tipos de produção predominantes, os quais, quer para a produção distribuída quer para a PRE, foram a fotovoltaica e a eólica.



Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados da Empresa no ano de 2011.

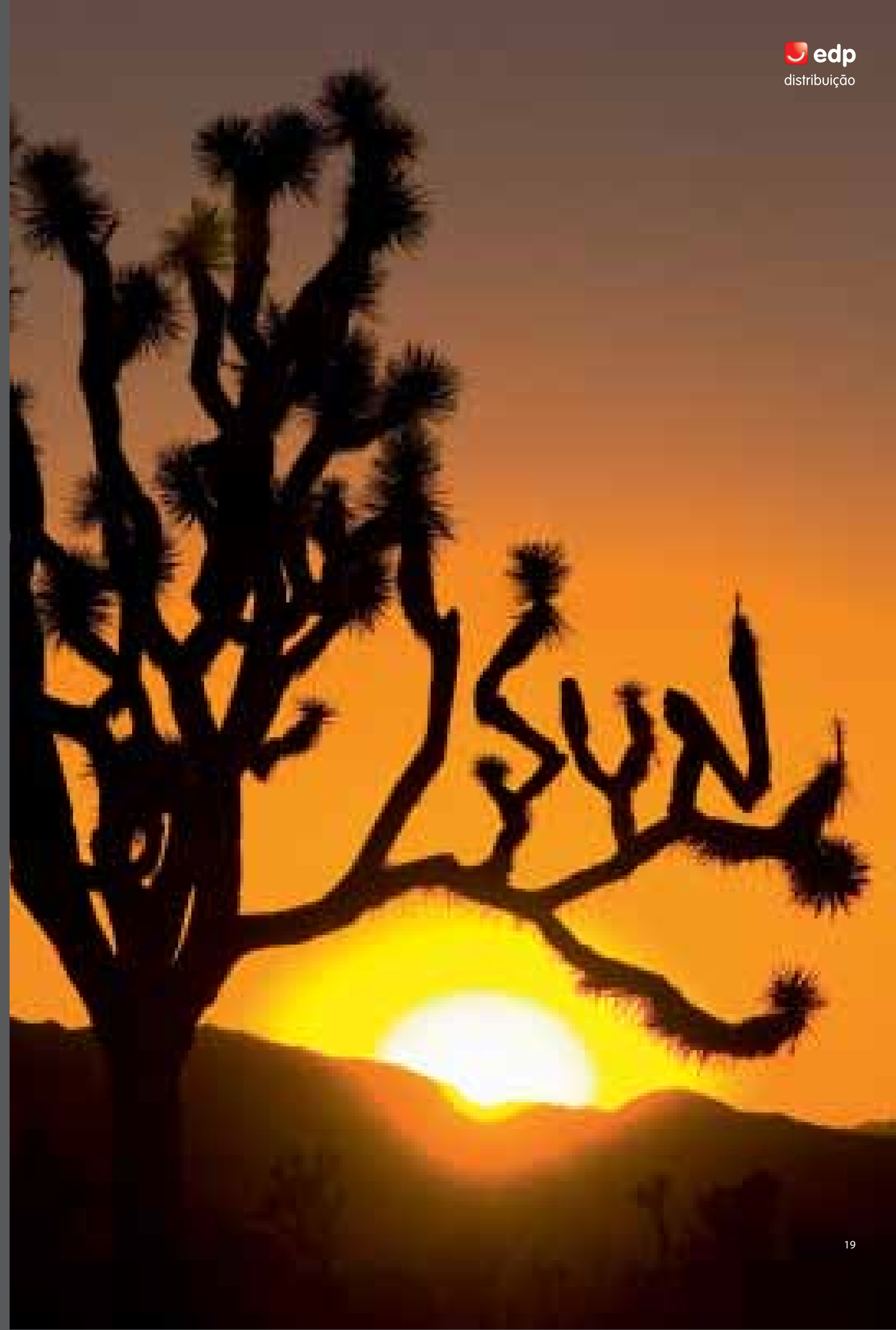
Riscos e Incertezas Associadas à Actividade

A actividade de distribuição de energia eléctrica e, consequentemente, os proveitos dela resultante, é naturalmente afectada pelo desempenho da actividade económica do país, pelo que o actual clima de diminuição desta actividade e de incerteza quanto à sua evolução futura, tem repercussões nos resultados da Empresa, associados ao maior ou menor volume da energia distribuída, difíceis de prever e quantificar com uma aproximação confortável.

Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída, tem um impacte próximo de 5,0 milhões de euros nos proveitos resultantes desta actividade, podendo variar função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

actividade
operacional
e comercial

- 20 ENERGIA DISTRIBUÍDA
- 23 PREÇOS
- 23 CLIENTES
- 24 PROCESSOS, GESTÃO, INOVAÇÃO

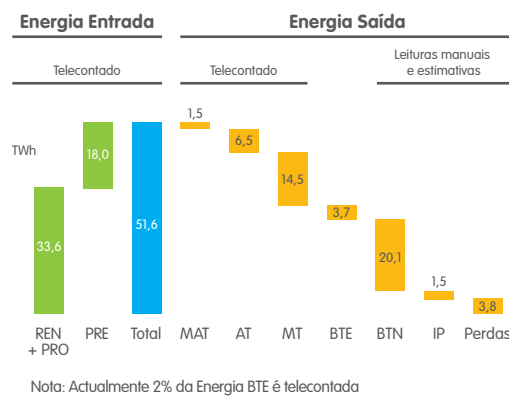


actividade operacional e comercial

ENERGIA DISTRIBUÍDA

ENERGIA ENTRADA

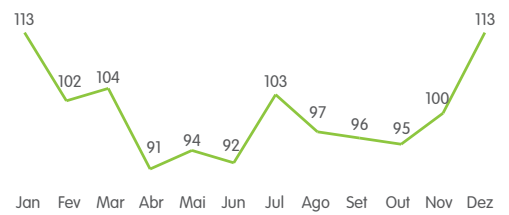
A energia entrada na Rede de Distribuição no ano de 2010 para satisfação da procura de electricidade nos Mercados Regulado (MR) e Mercado Liberalizado (ML), registou um acréscimo de 4,4% relativamente ao ano de 2009, denotando a tendência de recuperação do consumo face à retracção registada em 2009.



Ao longo ano, verifica-se que o consumo revela uma amplitude de aproximadamente 20%. Nos meses de Janeiro e Fevereiro o consumo pode superar a média mensal em aproximadamente 15%.

Energia Distribuída Mensal

Base 100=média mensal



A parcela da energia entrada correspondente à produção dos Produtores em Regime Especial (PRE) sofreu, à semelhança dos últimos anos, um aumento significativo, sustentado na legislação aplicável a este tipo de produtores de energia eléctrica.

ENERGIA SAÍDA

A energia saída da rede, para alimentação dos consumos dos clientes no valor de 47,8 TWh, teve um acréscimo de 3,7%, inferior à variação da energia entrada. No entanto, esta análise deve ser ajustada pela recuperação de facturação em 2009. Ajustando por este efeito, a evolução da energia saída seria de 4,4%. Fazendo também a correcção do efeito de temperatura e dias úteis na procura de energia eléctrica, o acréscimo de consumo de electricidade alimentado pela EDP Distribuição terá sido de 3,1%.

PERDAS

As perdas de distribuição, em percentagem da energia saída excluindo a Muito Alta Tensão (MAT), foram de 8,16%. Corrigindo a energia entrada na rede de acertos correspondentes ao ano de 2009 contabilizados em 2010, no valor de 24 GWh, a perdas de distribuição seriam de 8,11%.

BALANÇO DE ENERGIA ELÉCTRICA

GWh	2010	2009	Var
Energia Entrada na Rede de Distribuição (1)			
	51 614	49 422	4,4%
Energia Saída da Rede de Distribuição			
	47 836	46 146	3,7%
Perdas da Distribuição			
	3 778	3 276	15,3%
Distribuição de Energia			
Muito Alta Tensão	1 524	1 538	-0,9%
Alta Tensão	6 482	5 812	11,5%
Média Tensão	14 525	13 898	4,5%
Baixa Tensão Especial	3 726	3 576	4,2%
Baixa Tensão	20 051	19 780	1,4%
Iluminação Pública	1 528	1 542	-0,9%

(1) Inclui consumos MAT

A distribuição de energia pelo Mercado Regulado (MR) e pelo Mercado Livre (ML) é a seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

GWh	2010	2009	Var
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado			
	30 581	37 626	-18,7%
Muito Alta Tensão	1 012	1 330	-23,9%
Alta Tensão	2 095	3 723	-43,7%
Média Tensão	4 795	9 128	-47,5%
Baixa Tensão Especial	2 498	3 163	-21,0%
Baixa Tensão	18 653	18 740	-0,5%
Iluminação Pública	1 528	1 542	-0,9%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre			
	17 255	8 520	102,5%
Muito Alta Tensão	512	208	146,7%
Alta Tensão	4 387	2 089	110,0%
Média Tensão	9 730	4 770	104,0%
Baixa Tensão Especial	1 228	413	197,0%
Baixa Tensão	1 398	1 040	34,4%

A análise da evolução dos consumos por nível de tensão, mostra uma diminuição de 0,9% na Muito Alta Tensão (MAT), influenciada pela paragem para testes do cliente Siderurgia Nacional com impacto superior a paragens semelhantes verificadas em 2009.

Na Alta Tensão (AT), constata-se um aumento significativo de 11,5% no consumo, resultante essencialmente de dois clientes, o primeiro, com peso significativo nos consumos deste nível de tensão, cuja actividade teve início só no 2º semestre de 2009, e o segundo que não apresentou consumos em 2009. Verifica-se, neste nível de tensão, uma recuperação dos consumos para níveis de 2008 após a retracção observada em 2009.

O consumo verificado na Média Tensão (MT) registou um acréscimo de 4,5%, assistindo-se também neste caso a uma recuperação face à quebra do ano passado.

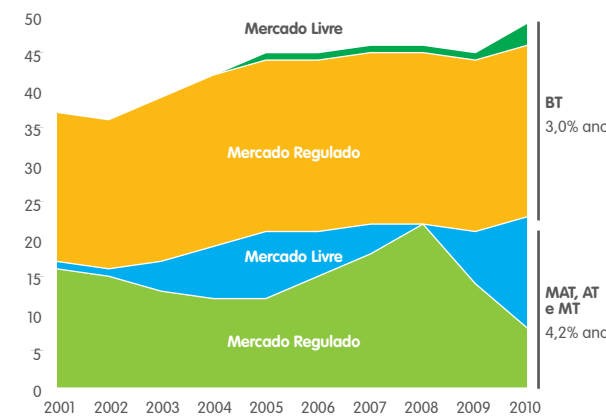
Na Baixa Tensão Especial (BTE) o acréscimo de consumo foi de 4,2%, e em Baixa Tensão Normal (BTN) foi de 1,4%. Neste último caso, a evolução verificada está afectada do efeito de temperatura nos consumos e pela recuperação de facturação de anos anteriores. Corrigindo estes efeitos, ter-se-ia uma evolução de 0,4% nos consumos BTN.

A tendência de migração de consumos do Mercado Regulado para o Mercado Liberalizado, reiniciada em 2009, manteve-se neste ano

com um incremento significativo na Baixa Tensão e a manutenção nos restantes níveis de tensão.

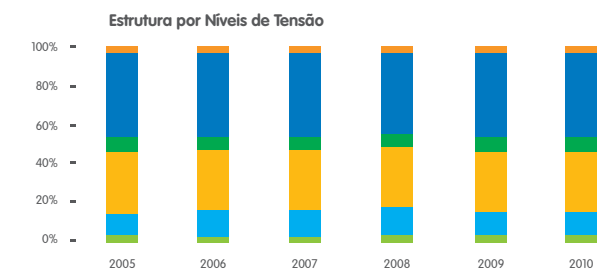
No final do ano, a energia distribuída a clientes do Mercado Liberalizado representava 36,1% (18,5% em 2009) do total da energia distribuída pela EDP Distribuição.

Evolução da Energia Distribuída (Mil GWh)

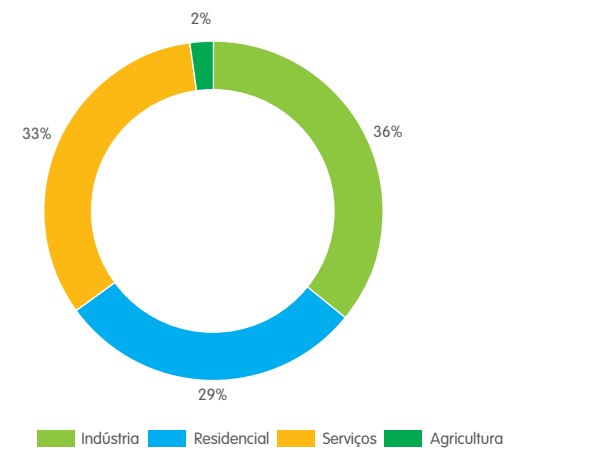


A estrutura dos consumos por nível de tensão, tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos anos, sendo as entregas em Baixa Tensão (BTE + BTN + IP) predominantes com um peso de 53% do total da energia distribuída.

A repartição da energia distribuída em função do sector de actividade económica é a seguinte.



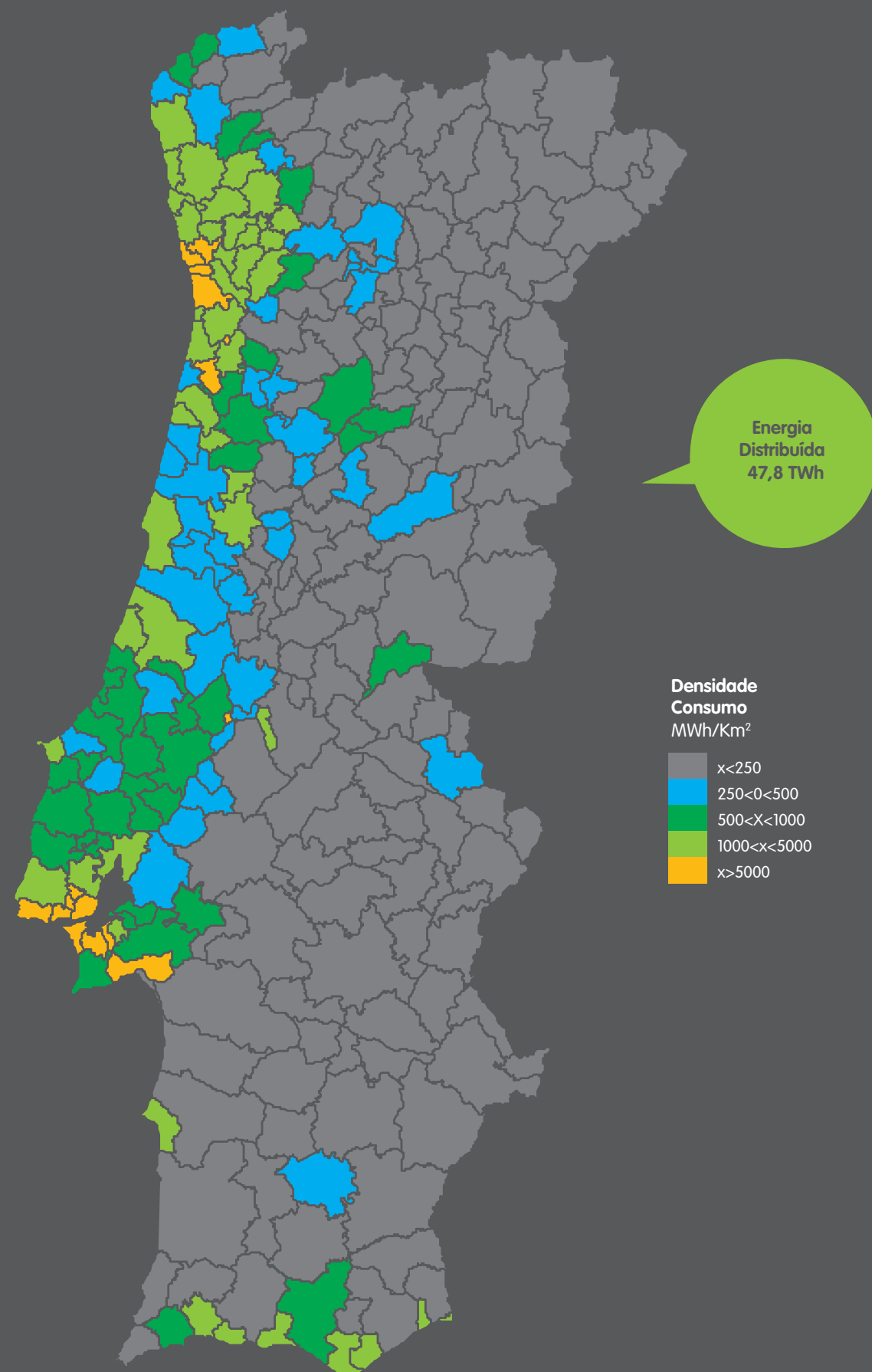
Estrutura do Consumo por Sector em 2010



Durante o ano foi feita uma forte aposta na melhoria dos processos de disponibilização de dados de contagem de energia nos diversos pontos de medição, com especial atenção nas instalações telecontadas, com o objectivo de se obterem melhorias significativas na qualidade deste tipo de dados e na celeridade da respectiva disponibilização. Contribuindo também para um melhor conhecimento dos trânsitos de energia, concretizaram-se melhorias significativas no processo de estimativa da energia em contadores, com resultados muito positivos.

actividade operacional e comercial

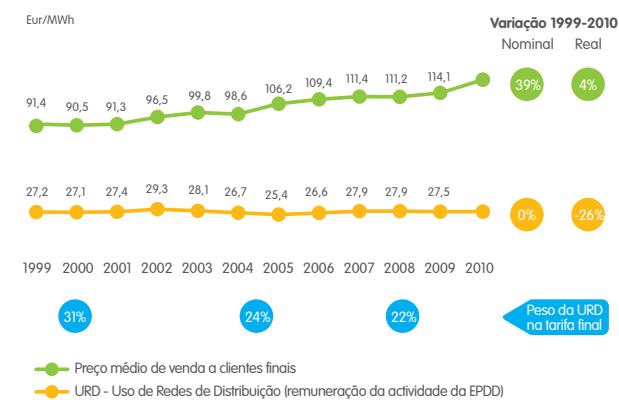
Densidade do consumo de energia



PREÇOS

Os preços médios associados às actividades de distribuição de energia eléctrica têm apresentado reduções significativas nos últimos anos. A preços reais, os preços de 2010 foram 26% mais baixos do que os verificados em 1999 para o Uso da Rede de Distribuição (URD).

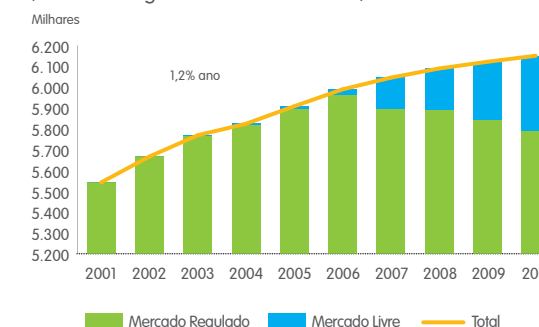
Evolução do preço médio de venda a clientes finais vs. Remuneração média da EDP por MWh (Preços nominais)



CLIENTES

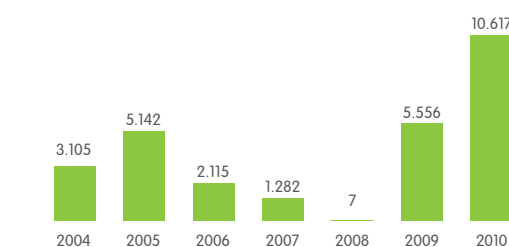
A evolução, nos últimos anos, do número total de clientes ligados à rede tem seguido uma tendência ligeiramente crescente, 1,2%/ano entre 2001 e 2010 e 0,5% entre 2009 e 2010.

Evolução do Número de Clientes (Mercado Regulado + Mercado Livre)

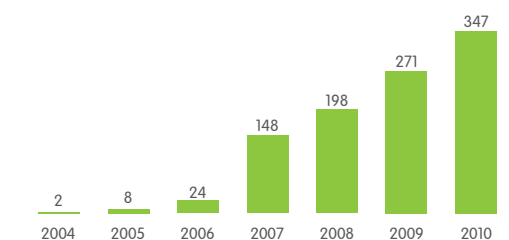


A tendência de migração de clientes do Mercado Regulado (MR) para o Mercado Liberalizado (ML), têm-se mantido regular, essencialmente fruto da passagem para este Mercado dos clientes ligados à rede de Baixa Tensão. Para os clientes ligados às redes de Muito Alta, Alta e Média tensões, a migração para o ML tem-se processado nos últimos anos de uma forma irregular, registando-se um incremento significativo nos dois últimos anos, para o que terá também contribuído, no final do ano, o início do processo de passagem para este Mercado de todos os clientes deste sector, no seguimento do fim da tarifa regulada para estes níveis de tensão estabelecido pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), com início em 2011. No último trimestre de 2010, todos os novos clientes já viram os seus contratos estabelecidos no ML.

Evolução do Número Total de Clientes - ML MAT / AT / MT



Evolução do Número Total de Clientes - ML BT (Milhares)



NÚMERO DE CLIENTES NO FINAL DO ANO

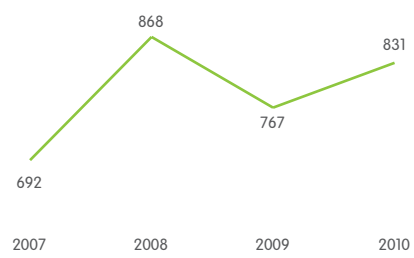
	MR	ML	Total
MAT (Muito Alta Tensão)	21	36	57
AT (Alta Tensão)	177	86	263
MT (Média Tensão)	12 803	10 495	23 298
BTE (Baixa Tensão Especial)	23 985	9 725	33 710
BTN (Baixa Tensão Normal)	5 702 584	337 021	6 039 605
IP (Iluminação Pública)	52 113	0	52 113
Total	5 791 683	357 363	6 149 046

A actividade operacional no âmbito comercial, caracteriza-se por envolver recursos humanos e financeiros significativos. É uma actividade muito importante que se desenvolve na área do relacionamento com o cliente, através da equipa de Gestores de Clientes, que procuram apresentar as melhores soluções e facilitar a solução dos diversos problemas que se colocam, quer em termos de ligação à rede, quer na mitigação dos impactes provocados por perturbações registadas na rede eléctrica. Neste âmbito, foram realizadas 6 568 visitas a que corresponderam 680 000 km percorridos.

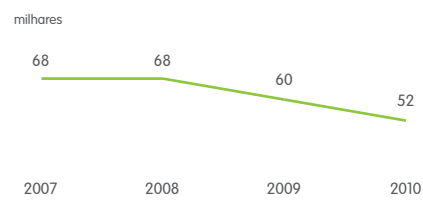
A actividade de recolha de informação de consumos, através da leitura presencial de contadores, na sua quase maioria em clientes de Baixa Tensão, conjuntamente com as operações de corte e religação e de resolução de incidentes diversos, dá origem a um número muito grande de deslocações e de aplicação de meios técnicos por parte de prestadores de serviços e de colaboradores da Empresa.

actividade operacional e comercial

Novas Ligações MT (realizadas)



Novas Ligações BT (realizadas)



O número de novas ligações realizadas é muito significativo e a sua evolução está de acordo com a mesma evolução das condições económicas verificadas nos últimos anos.

Total de Leituras



Ordens de Serviço de Corte* (realizadas)



*Inclui cortes e religações e revisões de corte

O número de Ordens de Serviço realizadas e a sua evolução, retransmitem bem o esforço realizado pelos colaboradores da EDP Distribuição e pelos Prestadores de Serviços (PSE) nas operações para garantir a obtenção de mais e melhor informação para a Empresa.

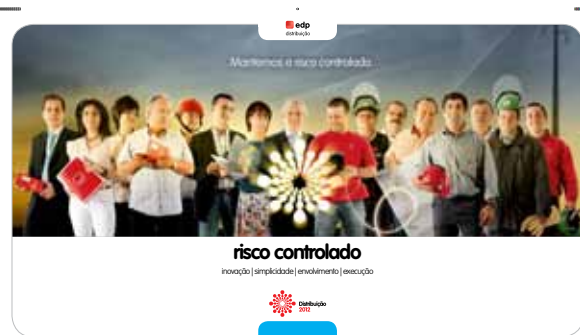
PROCESSOS, GESTÃO E INOVAÇÃO

PROGRAMA DISTRIBUIÇÃO 2012

Em 2010 procedeu-se ao encerramento do Programa Distribuição 2010 e, simultaneamente, ao arranque do Programa Distribuição 2012.

É um programa que visa promover o foco na Execução, no maior Envolvimento dos colaboradores, e a promoção da Simplicidade e Inovação. O Programa assenta em cinco eixos estratégicos, Risco Controlado, Rentabilidade Superior, Excelente Qualidade de Serviço, Inovação Constante e, finalmente, Cultura Organizacional.

EIXO RISCO CONTROLADO



O Eixo Estratégico Risco Controlado surge enquadrado na estratégia do Grupo EDP de actuação com um baixo perfil de risco, nomeadamente pela gestão sustentada dos desafios regulatórios e do capital humano, em articulação com o modelo de outsourcing, conseguindo assegurar bons sistemas, processos e informação de apoio à gestão, promovendo uma cultura de Ambiente e Sustentabilidade em todas as actividades.

Dentro das iniciativas deste Eixo Estratégico, destacam-se:

Modelo Regulatório

O ano 2011 será marcado pela definição do próximo período regulatório 2012-2014 pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Assim, a EDP Distribuição, seguindo a sua estratégia de sustentado perfil de baixo risco, considera prioritária a gestão regulatória, quer ao nível da discussão interna à empresa identificando os temas com maior impacto para a organização, quer na preparação da apresentação desses temas com transparência ao Regulador. A EDP Distribuição vai preparar o Plano de Negócios da empresa, explicar as principais rubricas e respectivas evoluções, nomeadamente da sua Base de Activos e da sua Base de Custos.

Ferramentas de controlo de gestão

Promover o diálogo entre a macroestrutura da empresa em torno dos KPI e consequente mobilização em torno dos objectivos da empresa, apoiando a gestão operacional do dia-a-dia de forma alinhada, são alguns dos principais objectivos desta iniciativa.

Fomentar a partilha de melhores práticas de controlo de gestão na organização, utilizando os Balanced Score Cards como suporte para as reuniões semanais/mensais, permite atingir esses objectivos e melhorar o conhecimento do negócio aos vários níveis da organização.

Retenção e desenvolvimento de conhecimento interno

A EDP Distribuição é uma empresa com um saber fazer próprio o que tem permitido uma constante procura de eficiência operacional a todos os níveis da organização.

Para que a empresa se adeque às melhores práticas de mercado e ao novo paradigma do sector energético, é fundamental que exista um conhecimento profundo sobre quais as actividades core na sua organização para que seja possível implementar estratégias de retenção e transmissão do conhecimento, promover o desenvolvimento das pessoas, contribuindo para a melhoria da gestão do conhecimento. Este é o objectivo desta iniciativa, tendo presente que uma gestão do conhecimento eficaz permite à Empresa reter as capacidades e recursos mais importantes que a distinguem da concorrência, fomentar o trabalho em equipa e viabilizar a troca de experiências, partilha de informação, conhecimento e soluções.

Durante o ano 2011 será construída e validada a matriz de actividades core da Empresa e identificadas as melhores práticas associadas às mesmas. Posteriormente serão definidas estratégias para retenção, desenvolvimento e divulgação do conhecimento interno.

Gestão do Risco

Esta iniciativa visa promover a aplicação de uma política de Gestão de Risco na EDP Distribuição em toda a sua transversalidade, e identificar as questões estratégicas e áreas de risco associadas; definir os limites de aceitação de risco e das políticas de mitigação, em linha com as expectativas dos accionistas e com a dinâmica dos mercados; promover a adopção da Matriz de Risco como ferramenta base para a implementação da Gestão do Risco na EDP Distribuição, integrando toda a organização e apoiando na tomada de decisão.

Durante o ano 2011 serão realizadas várias sub-iniciativas, das quais se destacam fomentar a discussão sobre a gestão de risco/controlo de risco, sua abrangência e identificando políticas para a sua mitigação nas várias áreas (Workshops, conferências, ...), garantir a sensibilização de toda a empresa para os mais importantes factores de risco, encontrar uma metodologia adequada para efectuar a divulgação da Matriz de Risco na EDP Distribuição, formar os utilizadores, seleccionar áreas de negócio onde se possa implementar o piloto, e monitorizar os seus efeitos.

EIXO RENTABILIDADE SUPERIOR



No Eixo Estratégico da Rentabilidade Superior, estão incluídas várias iniciativas cujo objectivo comum é tornar a EDP Distribuição uma empresa cada vez mais rentável. Para atingir este objectivo,

queremos assegurar que a Empresa faz investimentos criteriosos que permitam maximizar o impacto do capital investido na qualidade de serviço e redução de perdas, minimizar custos e otimizar os processos core de negócio. Dentro das iniciativas deste Eixo Estratégico, destacam-se:

Gestão de Activos

A EDP Distribuição considera necessário otimizar o seu Modelo de Gestão de Activos, cada vez mais baseado em políticas, procedimentos e sistemas virados para o futuro, por forma a permitir a gestão efectiva dos activos desde o momento de aquisição até ao seu abate/alienação. Em 2010, o trabalho foi de desenvolvimento de uma visão comum e partilhada por todos: visão corporativa da gestão de activos, arquitectura de sistemas, modelo de dados e processos de suporte. Entrou-se na fase de implementação de iniciativas e projectos que haviam sido desenvolvidos em anos anteriores, destacando-se a implementação de um projecto piloto na região de Setúbal, a expansão do Sistema de Gestão Ambiental a mais instalações técnicas e a expansão da actividade do Acordo Complementar de Empresas EDPD – EFACEC (EME2) a novas geografias e actividades.

Projecto Opex II

O Projecto OPEX II tem como objectivo tornar a EDP Distribuição numa empresa mais eficiente, através da racionalização dos custos e redução do desperdício. Para isto, torna-se necessário envolver e mobilizar todos os colaboradores numa cultura de poupança na empresa, onde cada colaborador da EDP Distribuição sinta que pode dar o seu contributo para o sucesso da equipa e do projecto. O Projecto OPEX II integra 25 iniciativas que actuam no âmbito dos Recursos Humanos e dos Fornecimentos e Serviços Externos e Materiais.

Lean

A abordagem LEAN promove uma cultura de melhoria contínua participada por todos, através da resolução dos problemas no dia-a-dia das suas actividades, com enfoque na participação "bottom-up" da organização. A abordagem Lean na EDP Distribuição será aplicada transversalmente com especial incidência na optimização de Processos e Sistemas, na eliminação de desperdício das actividades operacionais e na interiorização da cultura Lean no ADN da EDP Distribuição.

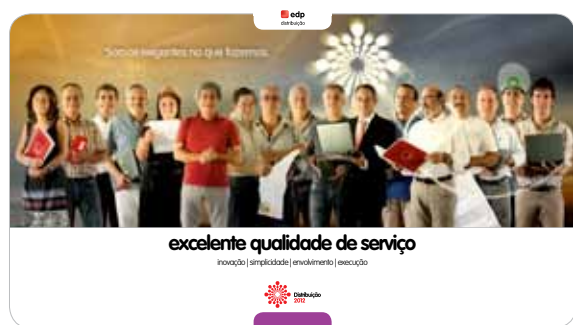
Gestão de Investimento

Melhorar o processo de gestão de obras de investimento e a optimização da gestão das necessidades de materiais. Esta iniciativa permitirá uma melhor utilização dos recursos, aproximando a Execução ao Planeamento quer na vertente de prazos, quer das obras aprovadas.

As principais sub-iniciativas são a articulação da informação entre sistemas, melhorar o processo de identificação de necessidades de materiais, compatibilizando datas entre os diversos intervenientes e a avaliação dos métodos e meios de negociação.

actividade operacional e comercial

EIXO EXCELENTE QUALIDADE DE SERVIÇO



O eixo Excelente Qualidade de Serviço considera um conjunto de iniciativas que têm como objectivo a melhoria da qualidade de serviço técnica, actuando na redução de assimetrias entre regiões, e da qualidade de serviço comercial, simplificando processos e valorizando o cliente.

Cada uma das iniciativas tem vários projectos que concorrem para o mesmo fim, atingir uma excelente qualidade de serviço.

Automação da Rede MT

Reduzir os tempos de actuação na detecção de defeitos e reposição do serviço, apoiada na expansão do Telecomando da Rede MT. A actual tecnologia e o desenvolvimento de tecnologias/soluções emergentes, deverá ser um apoio significativo à melhoria da qualidade de serviço técnico das redes MT e à redução de assimetrias, entre regiões.

Planos especiais de melhoria QST da rede MT

Incrementar a melhoria da QST na rede MT, através da intervenção integrada de planos especiais de melhoria da qualidade de serviço, uns mais focados na resolução de problemas locais (planos especiais de redução de assimetrias), outros mais focados na resolução de problemas mais estruturantes, como por exemplo a uniformização de regimes de neutro através da instalação de reactâncias.

Qualidade de desempenho dos Prestadores de Serviços Externos (PSE)

Garantir o cumprimento dos Níveis de Prestação de serviços (SLA) e Objectivos contratualizados na Empreitada Contínua 2010, bem como a implementação de uma metodologia de identificação da adequação dos mesmos à evolução das necessidades para eventual renegociação e/ou estabelecimento em próximos contratos.

Estabelecimento de metodologia que identifique medidas e métodos de trabalho que melhorem os resultados da avaliação da execução técnica e tornem mais sustentável o cumprimento dos SLA/Objectivos estabelecidos nos diversos contratos.

Serviço ao Cliente

Atingir um nível superior de reconhecimento por parte dos clientes, melhorando a qualidade do serviço, simplificando processos e valorizando o cliente. Vai actuar-se ao nível da ligação de clientes, resolução de reclamações e reposição de serviço.

Gestão de crises

Possibilitar às unidades organizativas (UO) responsáveis pela assistência à rede, em situações de regime perturbado ou de emergência, responder com a eficácia adequada ao número elevado de avarias ocorridas na rede ou a incidentes de grande impacto, de forma a garantir uma melhor operacionalização entre as Unidades Organizativas intervenientes, com as consequências positivas nos tempos de reposição de serviço e no relacionamento ao nível interno e externo.

Gestão da Iluminação Pública

Melhorar a qualidade de serviço da Iluminação Pública (IP) e a resposta às reclamações da IP através de novas tecnologias e sistemas, estudos de eficiência energética, relações com as autarquias e uma organização mais focada.

EIXO INOVAÇÃO CONSTANTE



O eixo Inovação Constante tem como objectivo enquadrar uma série de iniciativas relacionadas com a evolução do negócio do Operador de Rede para paradigma das Redes Inteligentes e a promoção de uma cultura de inovação, acompanhando, analisando e implementando novas tecnologias, modelos de negócio e processos.

São três as iniciativas que fazem parte deste Eixo.

inovid

Promover uma cultura de Inovação Tecnológica, garantindo a evolução de processos de negócio, alinhados com as melhores práticas das utilities de energia.

Em 2010 foi criado o Modelo de Governo para a Inovação com a sua equipa Magnet Team, e em 2011 serão dinamizadas três sessões temáticas (iluminação pública, redes Inteligentes e qualidade de serviço) e continuar-se-á a fomentar a criação de projectos I&D, por forma a colocar a Empresa como referência na área da inovação.

Redes Inteligentes

Criar um portfolio de soluções e tecnologias focadas na Rede, capazes de alavancar a visão da rede inteligente da EDPD e definir o road-map da sua aplicação atendendo ao seu impacto no negócio e à sua maturidade

Em 2010 foi testado o modelo de Portfolio “Tecnológico”, e em 2011 pretende-se concluir o modelo de Portfolio “Tecnológico”

Mobilidade Eléctrica

Criar uma Rede Piloto para a Mobilidade Eléctrica de âmbito nacional englobando 25 cidades, tendo-se instalado 200 pontos de carregamento até ao final de 2010. Prevê-se ter instalado 1 350 pontos de carregamento no final de 2011.

Operar a rede de mobilidade eléctrica, ou seja, proceder à instalação, disponibilização, exploração e manutenção desta rede.

EIXO CULTURA ORGANIZACIONAL



Com base nas reflexões efectuadas no âmbito do Programa Ágora, foram identificados e discutidos os principais desafios da EDP Distribuição num horizonte até 2015 e definidos os eixos e as prioridades estratégicas para o período 2010-2012, resultando a necessidade de conhecer, trabalhar e desenvolver um conjunto de temas relacionados com a cultura organizacional.

Neste sentido, foi decidido realizar um diagnóstico organizacional aplicado no último trimestre de 2009, o qual permitiu conhecer as opiniões e percepções dos cerca de 700 Quadros Superiores da EDP Distribuição e identificar os “gaps” entre a situação actual e a situação desejada.

A análise efectuada ao questionário no 1º trimestre de 2010, revelou que a actual cultura organizacional se encontra orientada para o perfil cultural alvo, havendo, no entanto, margem de melhoria nos eixos de Desenvolvimento das Pessoas, Orientação para os Resultados, Comunicação e Inovação.

Para trabalhar estes eixos, será elaborado um Plano de Acção, que incluirá a realização, em 2011, de um conjunto de Workshops envolvendo 180 Quadros Superiores com o objectivo de mobilizar os colaboradores e obter contributos que permitam consolidar as dimensões de cultura organizacional onde reconhecidamente estamos bem (Eficiência de Gestão, Sentido de Pertença e Responsabilidade Social), e desenvolver aquelas que consideramos fundamentais no futuro.

PROJECTO INOVGRID

As novas exigências ao nível da oferta e da procura de energia eléctrica, decorrentes da satisfação dos objectivos traçados de política energética, mantêm o esforço de desenvolvimento de novas capacidades para gerir e integrar o aumento dos níveis de fontes de energia e produção distribuída, e de potenciar a mobilidade eléctrica e a eficiência energética, os quais constituem pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável.



O Projecto InovGrid em curso é uma solução inovadora, constituindo uma plataforma tecnológica integrada na rede de distribuição sobre a qual podem ser desenvolvidos serviços que explorem todo o seu potencial, aportando valor para o consumidor/produzidor, melhorias na qualidade de serviço técnica e comercial, diminuindo os custos de operação e a redução de emissões, e apoiando a sustentabilidade ambiental.

Com este Projecto, a EDP Distribuição está na linha da frente das redes inteligentes e promete mudar para sempre a forma como os consumidores lidam com a energia. Em Portugal, Évora foi a primeira cidade a receber o projecto piloto InovCity, lançado em 6 de Abril de 2010.



A factura dos clientes reflectirá o seu consumo real, uma vez que a leitura é recolhida automaticamente pelo equipamento inteligente – Energy Box (EB) – colocado em sua casa.

As Energy Box, colocadas nos pontos de consumo e nos pontos de geração, permitem a actuação remota evitando a deslocação da equipa da EDP e a presença dos consumidores para execução de algumas tarefas, nomeadamente, alteração de potência, ciclo e tarifa.

As redes inteligentes que permitem controlar e adaptar a capacidade da rede de distribuição às necessidades decorrentes do consumo e da produção de energia. A rede inteligente tem inúmeros equipamentos instalados ao longo da sua extensão, permitindo controlar ao instante o estado de toda a rede, balancear cargas e prevenir avarias antes que aconteçam. A rede reage de imediato às acções dos consumidores e produtores quando, por exemplo, injectam energia na rede ou solicitam um aumento de potência.

actividade operacional e comercial

MOBILIDADE ELÉCTRICA

O Decreto-Lei 39/2010, de 26 de Abril de 2010, visou como um dos objectivos centrais a garantia de que o carregamento de baterias de veículos eléctricos se realiza através de uma rede de carregamento integrada, de forma cómoda e eficaz.



Neste contexto, foi constituída a EDP MOP, Operador de Pontos de Carregamento de Mobilidade Eléctrica, S.A., para o desenvolvimento da rede de abastecimento de veículos eléctricos em Portugal, tendo-se concretizado a rede piloto, de âmbito nacional, que abrange 25 cidades, e instalado 200 pontos de carregamento no ano.

Dada a componente de interligação entre as actividades e infraestruturas que compõem a mobilidade eléctrica e aquelas que respeitam ao sector eléctrico nacional, os princípios e normas subjacentes à mobilidade eléctrica acautelam também, por um lado, as obrigações de serviço público impostas aos operadores no quadro do sector eléctrico e, por outro, as exigências destinadas a permitir a prestação de mobilidade eléctrica com qualidade e segurança.



Este Decreto-Lei impõe ainda, obrigação de separação jurídica e funcional, entre as entidades que desenvolvem actividades no sector da mobilidade eléctrica e as do sector eléctrico.

Assim a actividade de gestão de operação da rede de mobilidade eléctrica é exercida por sociedade gestora constituída sob a forma de sociedade anónima, cujo capital social é maioritariamente

detido pela EDP Distribuição, na qualidade de entidade concessionária da rede nacional de distribuição de electricidade.

A actividade de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade eléctrica, que corresponde à instalação técnica, operação e manutenção dos pontos de carregamento de acesso público integrados na rede piloto da mobilidade, é exercida por sociedade participada totalmente pela EDP Distribuição na qualidade de operador da rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão de cada município.

Gestão de Fornecedores

No âmbito da gestão de fornecedores, entrou em vigor a nova Empreitada Contínua 2010 (EC2010), cujo projecto e o processo de negociação decorreram durante o ano de 2009.

Esta Empreitada foi projectada de modo a se ajustar melhor à nova organização da Empresa, fazendo corresponder o número de Áreas de Empreitada ao número de Direcções de Redes e Clientes (DRC), e integrou as tarefas a realizar em actividades mais abrangentes com a consequente redução do trabalho administrativo e de orçamentação. Foi ainda lançado um novo sistema de incentivos e penalizações com o objectivo de alinhar os objectivos dos prestadores de serviço com os da EDP Distribuição, nomeadamente no que se refere a Qualidade de Serviço Técnica Comercial e execução dos investimentos previstos.

Estas alterações permitiram ainda a redução, durante o ano, do número de depósitos de materiais associados às anteriores Empreitadas, com os consequentes benefícios económicos daí resultantes.

Programa Ligado ao Futuro

Iniciou-se a segunda fase do programa “Ligado ao Futuro” que visa melhorar o Sistema de Gestão de Segurança, permitindo a evolução cultural da organização de forma a que a liderança demonstre, no dia-a-dia, o seu compromisso com a segurança.

Foi lançado um inquérito que permitiu estabelecer um melhor diagnóstico da situação actual e realizada a sessão de “kick-off” e o “road show” da Apresentação do Projecto envolvendo toda a Empresa.

investimentos

- 32 ACTIVOS DA REDE
- 34 MICROPRODUÇÃO
- 34 LIGAÇÃO DE PRODUTORES EM REGIME ESPECIAL

investimentos

Nos últimos anos, a EDP Distribuição tem feito um esforço de optimização dos critérios de análise de investimentos na Rede de Distribuição, tendo sempre presente a evolução da procura e da oferta de energia eléctrica, com o objectivo de assegurar a alimentação das cargas e a ligação de produtores em condições técnicas adequadas e de acordo com as exigências regulamentares e ambientais, nomeadamente em termos de qualidade de serviço, e procurando simultaneamente o aumento da eficiência da rede e o retorno dos investimentos efectuados.



É de referir, neste processo de optimização dos critérios de investimento, a coordenação entre os planeamentos da Rede Nacional de Distribuição e da Rede Nacional de Transporte, de forma a assegurar a coerência entre os respectivos projectos, designadamente no que diz respeito às ligações entre essas redes.

O investimento geral da empresa está subdividido em duas classificações principais, de acordo com os respectivos destinos. Investimento Específico que incide nos activos directamente relacionados com a actividade core distribuição de energia eléctrica, e Investimento Não Específico associado essencialmente a actividades de suporte à mesma, nomeadamente instalações e respectivos equipamentos, à mobilidade operacional e a sistemas informáticos.

O investimento específico, de acordo com a sua motivação principal e oportunidade, classifica-se em Obrigatório, que engloba obras inerentes à ligação de novos clientes e produtores, à criação de condições na rede para a alimentação e recepção da energia, e ao cumprimento de obrigações legais e estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios, e em de Iniciativa da Empresa que engloba as obras inerentes à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da rede e está dividido em diversos programas de investimento, cada um deles com um âmbito específico, enquadrados num ou mais dos seguintes cinco vectores: redução da energia de perdas; melhoria da qualidade de serviço técnica (QST); Projecto InovGrid; renovação de equipamentos em fim de vida útil; preocupações ambientais.

O Investimento de Iniciativa da Empresa é decomposto em Investimento Corrente, podendo ser corrente programável ou corrente urgente, abrangendo obras de BT e MT não estruturantes função de históricos e dos níveis de qualidade de serviço exigíveis, permitindo uma regular recuperação ou reforço dos activos em exploração por razões de obsolescência, perigosidade eminente, quedas de tensão anti-regulamentares ou ultrapassagem dos valores estipulados de intensidade de corrente ou da potência dos equipamentos, e em Investimento Estruturante, abrangendo obras em subestações, linhas AT e linhas de alimentação principal MT, fixado de acordo com critérios de planeamento da estrutura e da exploração das redes AT e MT, obedecendo a estudos de médio e longo prazos e procurando seguir princípios de disponibilidade e segurança no abastecimento, flexibilidade na condução das redes, criação do número de subestações suficiente para permitir a reserva de rede MT e de definição de pontos de convergência desta rede e dos locais para futuras subestações.

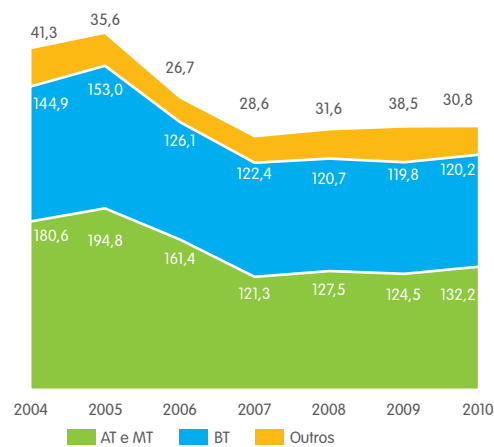
Na gestão da melhoria da qualidade de serviço técnica, o foco principal mantém-se na preocupação de eliminar as assimetrias regionais que ainda existem, através da monitorização dos respectivos indicadores e da elaboração de planos específicos para as zonas mais carenciadas, juntamente com intervenções na área da automatização da rede, entre as quais se destaca o telecomando da Rede MT. A evolução, nos últimos anos, dos indicadores que medem a qualidade de serviço técnica, mostra o sucesso destas acções.

As exigências de protecção ambiental, fortemente associada à temática dos campos electromagnéticos e do ruído, têm condicionado de forma significativa o projecto das instalações principalmente no que se refere à sua localização, sobretudo subestações onde se encontra uma maior concentração de traçados de energia, ou nas imediações de agregados populacionais.

Também o estabelecimento de linhas de alta tensão tem encontrado crescentes dificuldades, o que leva a considerar a futura necessidade de recurso mais significativo a traçados subterrâneos.

A análise do Quadro seguinte permite observar os resultados da política de optimização na selecção de investimentos.

Investimento a Custos Técnicos (preços correntes)



ACTIVOS DA REDE

O Quadro seguinte reflecte a actividade em termos de realizações no ano de 2010 e os activos no final do ano.

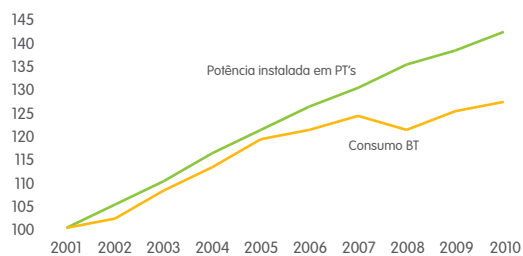
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO

Rubrica	Unid.	2010 No final do ano
Subestações		
Unidades	nº	404
Transformadores	nº	712
Potência instalada	MVA	16 538
Linhas (inclui ramais)	km	82 455
Aéreas	km	66 431
AT (60/132 kV)	km	8 486
MT (6/10/15/30 kV)	km	57 945
Cabos Subterrâneos	km	16 024
AT (60/132 kV)	km	496
MT (6/10/15/30 kV)	km	15 528
Postos de Transformação		
Unidades	nº	63 223
Potência instalada	MVA	19 040
Redes BT (km)		137 864
Aéreas	km	105 751
Subterrâneas	km	32 113

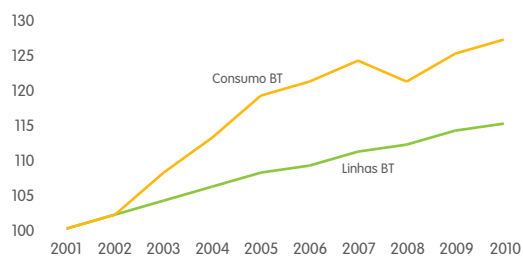
A evolução dos activos da rede nos últimos anos, em geral inferior à evolução dos trânsitos de energia, é representativa do esforço realizado na optimização da rede através das políticas de planeamento e de investimento adoptadas. Esta tendência foi recentemente atenuada com a retracção da procura de energia que se verificou recentemente, a qual não teve, naturalmente, reflexo nos activos da rede. Verifica-se, no entanto, já em 2010 uma retoma da relação verificada nos anos anteriores ao arrefecimento da procura de electricidade.

A excepção a esta regra verifica-se na evolução da potência instalada em postos de transformação e, nos últimos anos, em subestações, o que decorre do esforço de melhoria da qualidade de serviço técnica que se tem realizado, sustentada em programas de reforço de potência criados para o efeito.

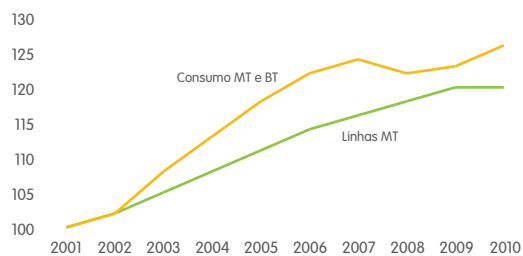
Potência em Postos de Transformação



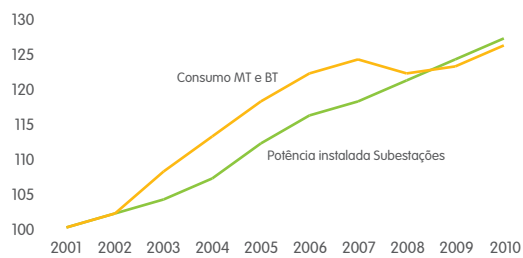
Rede de Baixa Tensão



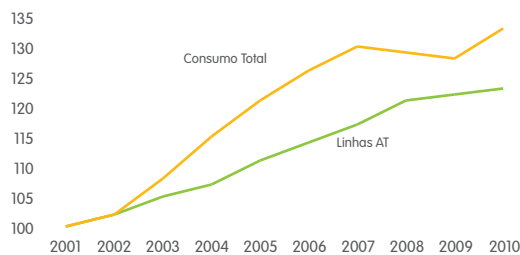
Rede de Média Tensão



Potência em Subestações



Rede de Alta Tensão

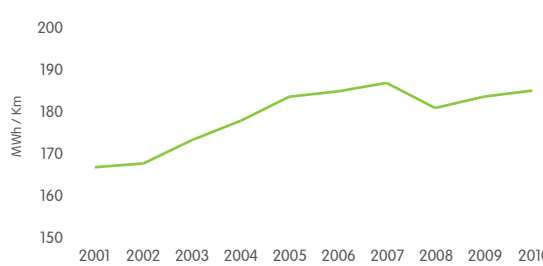


A análise dos indicadores de utilização dos activos, a seguir representados, sustenta a mesmas conclusões já referidas.

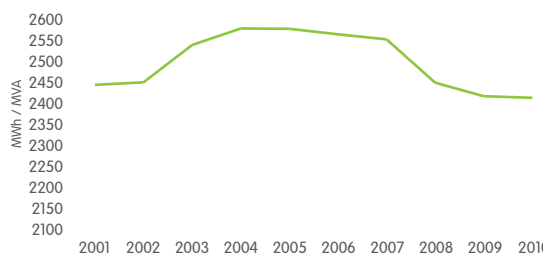
Utilização da Rede de MT



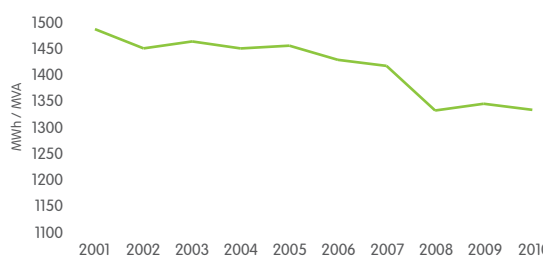
Utilização da Rede de BT



Utilização das Subestações (Consumo MT + BT / Potência Instalada)



Utilização dos Postos de Transformação (Consumo BT / Potência Instalada)



investimentos

No âmbito da actividade de protecção, comando e controlo de instalações, salienta-se o investimento realizado no telecomando da Rede MT, associado ao esforço de melhoria das condições de exploração da rede e da consequente melhoria da qualidade de serviço prestado aos clientes. Dentro do mesmo âmbito, o investimento realizado teve impacte significativo no desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema SCADA/DMS e no reforço dos sistemas de segurança, de gestão e de apoio à condução das redes.

MICROPRODUÇÃO

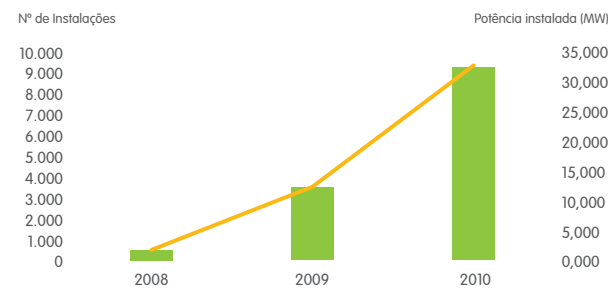
As instalações de microprodução, são unidades de produção de energia eléctrica que se caracterizam por terem pequenas potências instaladas e serem ligadas à rede de baixa tensão, e cujo licenciamento e relacionamento comercial para o respectivo estabelecimento e ligação à rede foi facilitada e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 363/2007.



No sentido de pôr em prática o processo de ligação destas instalações, foram definidas as condições de ligação às redes de baixa tensão da EDP Distribuição e criada uma plataforma electrónica de interacção designada SRM – Sistema de Registo de Microgeração.

Como resultado desta política, tem-se verificado nos últimos dois anos números significativos de instalações deste tipo ligadas à rede. Em 2010 concretizaram-se 5 235 ligações com uma potência instalada de 18,639 MW, contra 3 967 unidades com uma potência de 13,961 MW no ano anterior, predominando o tipo de produção fotovoltaica.

Número de Instalações de Microprodução ligados por ano

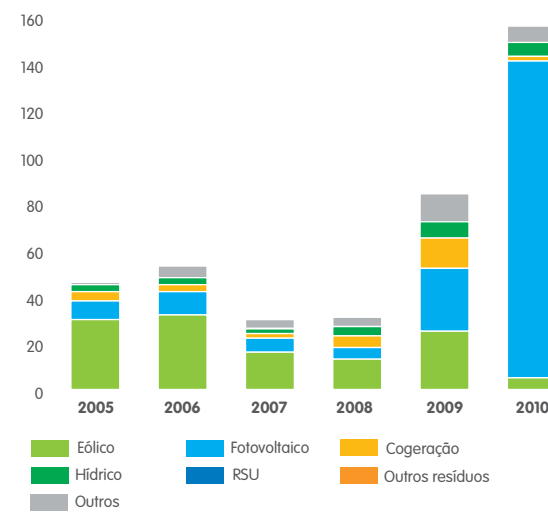


Estas ligações induzem novos desafios à operacionalidade e à gestão da rede de distribuição, e a necessidade de se desenvolverem novas funcionalidades mais avançadas, suportadas essencialmente na recolha, análise e transmissão de informação, e na capacidade de monitorização e automação da operação da rede.

LIGAÇÃO DE PRODUTORES EM RÉGIME ESPECIAL (PRE)

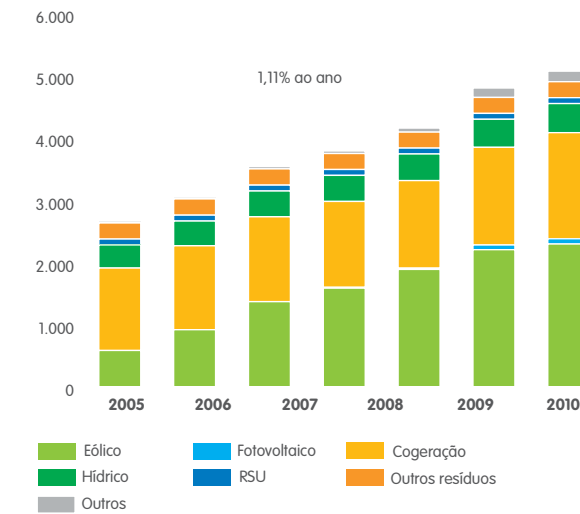
À semelhança dos anos anteriores, em 2010 ligou-se à rede um número significativo de Produtores em Regime Especial (PRE), verificando-se mesmo um incremento comparativamente com o ano anterior.

Número de Instalações de PRE's ligados por ano Por tipo de Produção



Foram ligadas à rede 156 novas instalações (84 no ano anterior), com uma potência instalada de 271,2 MVA (645,2 MVA em 2009). A redução do valor da potência instalada explica-se pela alteração do tipo de produção predominante, o qual, em 2010, foi o fotovoltaico caracterizado por potências mais baixas em contrapartida com o eólico que predominou em 2009. O número de instalações com tipo de produção fotovoltaico ligadas foi de 136 contra 27 em 2009, e com tipo de produção eólico o número foi de 5 contra 25 em 2009.

Potência de PRE's instalada (MVA) Por Tipo de Produção



No final do ano, estavam ligados à rede de distribuição 749 instalações de PRE's, com 5 079 MVA de potência instalada.

qualidade
do serviço

- 38 QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL
- 38 QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA
- 39 DESEMPENHO AMBIENTAL



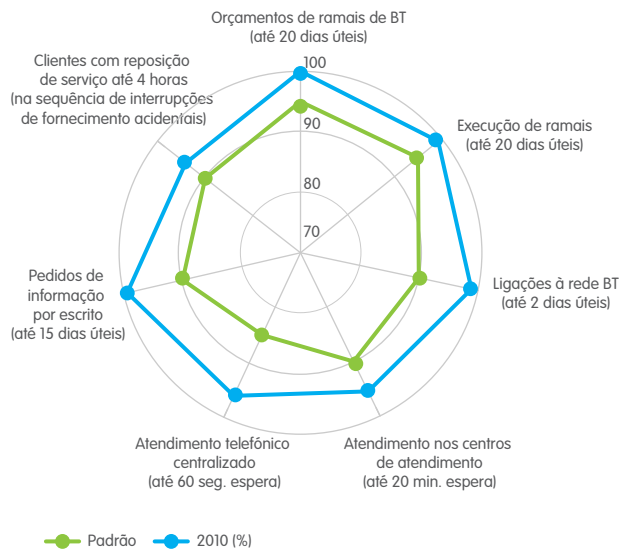
qualidade do serviço

QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL

A qualidade de serviço, no âmbito comercial, prestada aos utilizadores da rede de distribuição, registou um nível de desempenho elevado traduzido pelo cumprimento dos padrões gerais de qualidade de serviço comercial estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) para os sete indicadores gerais.

INDICADORES GERAIS DO RELACIONAMENTO COMERCIAL		
	Padrão (%)	2010 (%)
Orçamentos de ramais de BT (até 20 dias úteis)	95	100,0
Execução de ramais (até 20 dias úteis)	95	99,3
Ligações à rede BT (até 2 dias úteis)	90	98,9
Atendimento nos centros de atendimento (até 20 min. espera)	90	95,5
Atendimento telefónico centralizado (até 60 seg. espera)	85	96,1
Pedidos de informação por escrito (até 15 dias úteis)	90	99,4
Clientes com reposição de serviço até 4 horas (na sequência de interrupções de fornecimento acidentais)	90	94,1

Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial (Valores em %)



Os bons resultados obtidos no relacionamento com o cliente, são consequência de um conjunto de actividades na área comercial, de âmbito interno e externo, no sentido de prestar, cada vez mais, um melhor serviço e potenciar os laços de afectividade e reconhecimento entre as partes.

Neste âmbito, houve a necessidade de adaptar métodos e processos às novas necessidades, decorrentes de diversas alterações na regulamentação vigente, os quais apostam fortemente na formação dos colaboradores no sentido de melhor se adaptarem aos novos desafios.

Além da aposta na formação, potenciou-se ainda a divulgação de mais e melhor informação relacionada com a qualidade de serviço entre as diversas estruturas da Empresa com actividade nesta área, e reforçou-se a utilização do canal Internet na interacção com os clientes utilizadores das redes, melhorando o sítio EDP Distribuição com a inserção de novos conteúdos e funcionalidades.

Continuam a ter extrema importância os contactos regulares, estabelecidos de modo presencial pelos Gestores de Clientes, com os clientes Muito Alta, Alta e Média tensões e alguns BTE, e com entidades representativas de empresas e clientes, contribuindo para uma maior visibilidade da Empresa e uma maior satisfação e afectividade por parte dos clientes.

QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA

As políticas de investimento implementadas nos últimos anos, simultaneamente com a aceleração do investimento em automação da rede, e a implementação de novos processos na área da manutenção, têm tido excelentes resultados na evolução dos indicadores que medem a qualidade técnica de serviço, nomeadamente no Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI) que regista no ano, em termos globais, 116 minutos, sem eventos extraordinários, valor perfeitamente comparável com o verificado em redes de outros distribuidores com semelhantes estruturas de rede e de consumos.

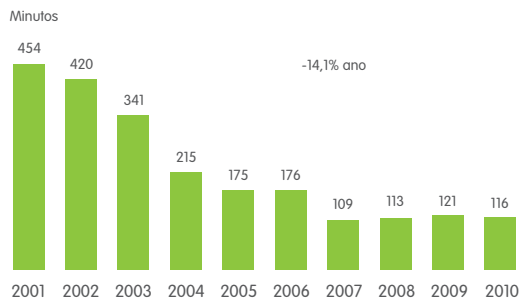


O ano de 2010 foi afectado por três eventos excepcionais, nomeadamente a tempestade Xynthia, em 27 de Fevereiro e vento e chuva muito fortes em 3 de Outubro, que afectaram 1 200 e 300 mil de clientes, respectivamente, no Norte e Centro do país, e o tornado em 7 de Dezembro nos concelhos de Tomar e Sertão, que afectou 50 mil clientes. Estes eventos excepcionais representaram 30, 5 e 1 minutos, respectivamente, de TIEPI.

A ocorrência de furtos e consequentes interrupções de serviço que se tem verificado nos últimos anos, teve um incremento significativo neste ano, quase o dobro do verificado em 2009, registando-se também uma maior especialização dos autores contrariando os esforços feitos na dissuasão e protecção das instalações. Verificaram-se 2 708 furtos com incidência predominante ao nível das redes aéreas de baixa tensão e postos de transformação.

A evolução do TIEPI nos últimos anos apresenta uma redução significativa e sustentada, só perturbada pelas condições médias atmosféricas, significativamente mais adversas verificadas nos três últimos anos.

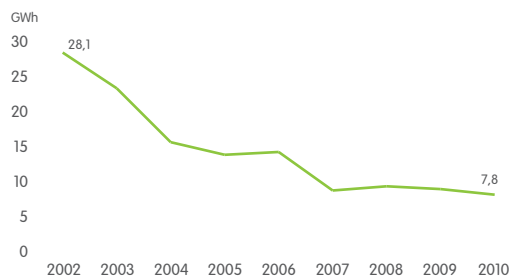
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão (TIEPI)



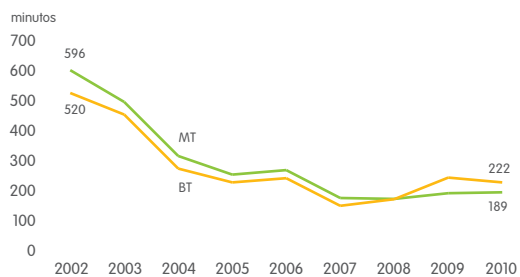
Os restantes indicadores gerais de qualidade de serviço, nomeadamente a energia não distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o número de interrupções a clientes, acompanharam a evolução do TIEPI, reflectindo também, à semelhança deste, as condições atmosféricas médias dos últimos anos.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TIEPI MT (minutos)	454	420	341	215	175	176	109	113	121	116
END (GWh)	29,4	28,1	23,0	15,3	13,5	13,9	8,4	9,0	8,6	7,8
SAIFI MT (n°)	9,2	9,0	7,0	4,5	3,9	4,2	3,2	3,0	3,1	3,6
SAIDI MT (minutos)	675	596	490	310	248	263	170	167	186	189
SAIFI BT (n°)	7,8	7,6	6,2	4,0	3,6	3,7	2,8	3,0	3,5	4,0
SAIDI BT (minutos)	588	520	448	268	222	236	144	166	238	222

Energia não Distribuída END

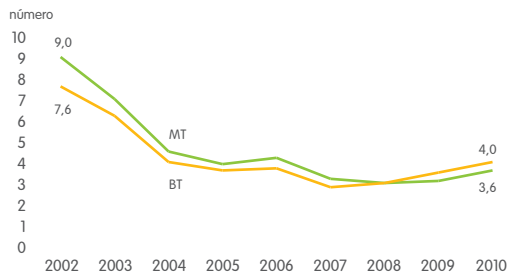


SAIDI MT e BT Duração das Interrupções



SAIFI MT e BT

Frequência das Interrupções



DESEMPENHO AMBIENTAL

Em matéria de ambiente, um dos objectivos chave da EDP Distribuição foi promover a cultura ambiental e consolidar melhores práticas neste âmbito. Este objectivo foi largamente alcançado através da realização de acções de sensibilização cujos destinatários foram todos os colaboradores com intervenção na área operacional com impacte no meio ambiente.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) foi objecto de extensão para o período 2010 – 2012, após aprovação pelo Conselho de Administração, e viu a sua certificação mantida e ampliada a mais instalações técnicas, administrativas e a unidades organizativas.



A actividade desenvolvida no âmbito do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental (PPDA) conseguiu uma percentagem de execução elevada, caracterizada por intervenções de carácter paisagístico e de gestão de faixas de combustível, e pelo início de monitorizações diversas efectuadas pelo Painel de Avaliação do PPDA e pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Realizaram-se dois workshops para apresentação a stakeholders externos, nomeadamente a REN, a ERSE e o ICNB entre outras entidades, das acções desenvolvidas no âmbito da integração paisagística e da avaliação prévia de impactes ambientais.

Também integradas no PPDA, desenvolveram-se actividades no âmbito dos campos eléctricos e magnéticos para verificação e adaptação dos procedimentos de cálculo à luz das novas normas internacionais, e para o estudo de medidas de qualificação.

No âmbito da avifauna e da biodiversidade, concluiu-se a Operação Cegonha Branca e procedeu-se a intervenções correctivas em linhas aéreas e respectivas faixas de protecção. A gestão de resíduos foi objecto de especial atenção, com a nomeação de uma colaboradora para Gestora de Resíduos da EDP Distribuição e a adopção de novas práticas, formalmente reconhecidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

peçoas

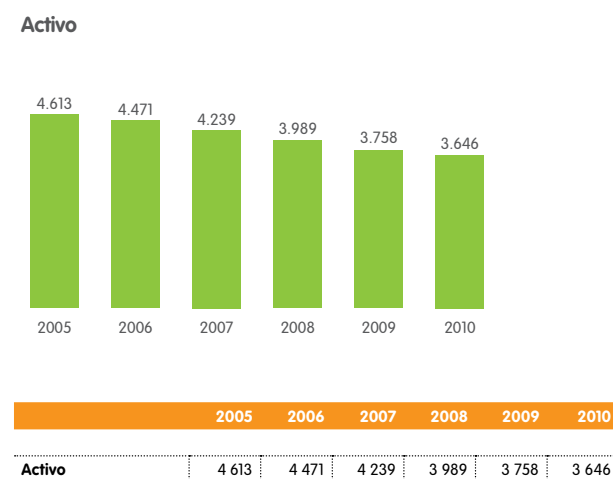
- 42 QUADRO DE PESSOAL
- 42 PROGRAMAS E ACÇÕES
- 43 FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- 43 PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SINISTRALIDADE



peçoas

QUADRO DE PESSOAL

O número de colaboradores na EDP Distribuição em 31 de Dezembro de 2010, era de 3 646 considerando também os que estão afectos a Estudos e Consultadoria.



O saldo da movimentação líquida ocorrida em 2010 dos colaboradores da EDP Distribuição foi de menos 171 colaboradores do que os existentes em Dezembro de 2009, correspondente a 201 saídas e a 30 entradas.

Verificaram-se alterações de nível de qualificação em 88 colaboradores e promoveram-se, com o objectivo de concentração geográfica de recursos, 47 movimentações com alteração de local de trabalho, estando associadas a 11 delas a atribuição de montante de compensação.

PROGRAMAS E ACÇÕES

PLANO DE REJUVENESCIMENTO DE QUADROS SUPERIORES



Enquadrado no Programa On Top, procedeu-se ao recrutamento e selecção de 18 quadros superiores. Ao longo de 2010, garantiu-se ainda o acolhimento e acompanhamento de 34 Quadros Superiores e 5 Técnicos com habilitações ao nível do 12º ano de escolaridade, até à sua plena integração.

PROJECTO NAVEGAR



No âmbito do desenvolvimento das pessoas, foi implementada a 2ª edição do Projecto Navegar com o objectivo principal de promover a mobilidade e a polivalência dos quadros superiores. Até Dezembro, concretizaram-se 28 rotações de colaboradores Quadros Superiores para novas áreas de actividade.

PROGRAMAS SEXTANTE E ARQUIMEDES



Realizaram-se novas edições do Sextante, programa de Mentoring que tem como objectivo orientar e desenvolver jovens Quadros Superiores, e do Arquimedes, programa de Coaching que pretende apoiar Chefias recentes a desenvolver as suas competências de liderança. Participaram 32 Mentorados e 7 "Coachees".

PROGRAMA EXECUTIVE DEVELOPMENT

Em 2010, o programa corporativo Jovens com Elevado Potencial (JEP) evoluiu para o programa Executive Development Program. No 2º trimestre, iniciou-se o Ciclo de Desenvolvimento de Nível II para 13 jovens da EDP Distribuição que integraram os JEP's 2008 e foram integrados 29 novos Quadros Superiores no Ciclo de Desenvolvimento de Nível I. À semelhança do que aconteceu com o programa Jovens de Elevado Potencial, o programa A2 – Quadros com Potencial, passou a denominar-se Executive Development Program. Ambos os programas passaram a integrar a Escola de Desenvolvimento de Directivos da Universidade EDP.

Realizaram-se ainda outros programas de âmbito corporativo, entre os quais se destacam o programa de divulgação da Ética com a realização das sessões de desmultiplicação, e a implementação do programa Sou+edp, acção de mobilização de todos os colaboradores em prol de uma cultura, visão, compromissos e estratégia comuns.

De destacar ainda o lançamento da Escola da Distribuição na Universidade EDP com 2 turmas piloto num total de 32 alunos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da formação profissional, concretizaram-se 11 364 participações em acções de formação, que se traduziram num total de 78 181 horas de formação com uma taxa de cobertura de 99%. A elevada taxa de cobertura deveu-se à realização de programas corporativos como o Sou+edp e a Ética que abrangeram toda a população.

A formação profissional assenta no domínio e actualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respectiva satisfação e realização profissional, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial inteligente, próspera e socialmente responsável.

O Plano de Formação esteve aderente aos conceitos "Execução", "Simplicidade", "Envolvimento" e "Inovação", e a respectiva concretização assume um compromisso que assenta nos objectivos de desenvolvimento individual com a participação de todos na aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios, na responsabilidade da organização garantindo disponibilidade no acesso à formação, no alinhamento com o negócio, na gestão do conhecimento e na partilha com a sociedade.

A formação técnica e de desenvolvimento de soft skills como a Comunicação, o Trabalho em Equipa e a Orientação para o Cliente tiveram um papel fulcral neste Plano de Formação.

Manteve-se também a aposta no desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, com a participação de 9 colaboradores em cursos de Formação Avançada.

De referir ainda a realização da formação em "Liderança e Gestão de Equipas", que contou com a participação de 40 Chefias D2 e D3, a realização do 2º workshop "Gerir a sua Energia", com 47 participantes, e o alargamento da formação em "Negociação e Comunicação" aos Quadros Superiores que têm de utilizar estas competências no desempenho diário das suas funções, que, numa 1ª fase, abrangeu 176 colaboradores.

UNIVERSIDADE EDP. ESCOLA DE DISTRIBUIÇÃO

A Escola de Distribuição iniciou oficialmente as suas actividades no dia 26 de Fevereiro de 2010 com a nomeação do seu Comité Directivo.

Realizou workshops com a Alta Direcção a 12 de Março (participantes de Portugal, Espanha e Brasil) e com alguns Quadros Superiores juniores a 25 de Março, tendo em vista apurar as necessidades que permitiram definir a Estrutura Educativa da Escola e avançar com o desenho detalhado dos programas que foram aprovados para o piloto da mesma.



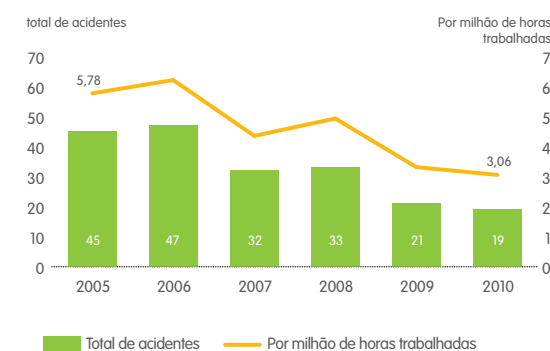
Foi ainda elaborado e aprovado o Plano de Actividades da Escola para 2010-2013.

O espaço destinado à Escola, a funcionar no edifício da EDP Distribuição das Caldas da Rainha, foi renovado à imagem da Universidade EDP, criando assim uma marca e um espaço próprios à Gestão do Conhecimento.

Sob o lema "Se não sabes, aprende; se já sabes, ensina.", quarenta e oito Quadros Superiores jovens da EDP Distribuição e de outras empresas do Grupo juntaram-se, a 28 de Setembro de 2010, a uma equipa de 40 docentes da EDP Distribuição e da Holding para percorrerem o caminho do seu primeiro Programa iniciando assim as actividades lectivas da Escola.

PREVENÇÃO, SEGURANÇA, E SINISTRALIDADE

Os resultados traduzidos pelo número total de acidentes e pelos índices de sinistralidade, sustentam o reforço das práticas de gestão da prevenção e segurança seguidas pela EDP Distribuição, no sentido de eliminar os acidentes graves.



Nas actividades asseguradas por colaboradores internos, registaram-se 19 acidentes com baixa, havendo a lamentar uma vítima mortal, que representaram 3,06 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 275 dias por milhão de horas trabalhadas.

Na sinistralidade com prestadores de serviços externos, há a registar a ocorrência de 37 acidentes com baixa, havendo a lamentar 3 vítimas mortais.

Desenvolveram-se iniciativas de âmbito empresarial destinadas a fazer evoluir favoravelmente a cultura de segurança, com todos os colaboradores e parceiros envolvidos, destacando-se a realização do Encontro de Segurança 2010 da EDP Distribuição e o arranque da fase 2 do projecto Ligado ao Futuro, com a realização de sessões de apresentação dos objectivos, calendário e metodologia.

análise
económica
e financeira

- 46 BALANÇO
- 46 FINANCIAMENTO
- 47 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- 48 INVESTIMENTO



análise económica e financeira

ANÁLISE E FINANCEIRA

O relato financeiro do exercício de 2010 é marcado pela implementação de um novo referencial contabilístico para Portugal, nos termos do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, as demonstrações financeiras passaram a ser preparadas de acordo com um novo Quadro Contabilístico, tendo transitado para IFRS, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010.

A transição do reporte contabilístico de POC para IFRS tem um impacto considerável no Balanço e na Demonstração de Resultados da empresa, impacto esse que está descrito e explicado nas Notas às Demonstrações Financeiras incluídas neste documento.

Para efeitos de análise comparativa com o período homólogo de 2009, e conforme previsto pelas IFRS foram também preparadas as demonstrações financeiras pró-forma no mesmo referencial, e é com base nestes valores que se comenta a actividade da empresa neste capítulo.

BALANÇO

No final do exercício, a situação patrimonial totalizou 4 183 milhões de euros, evidenciando um aumento de 7,7% face a Dezembro de 2009:

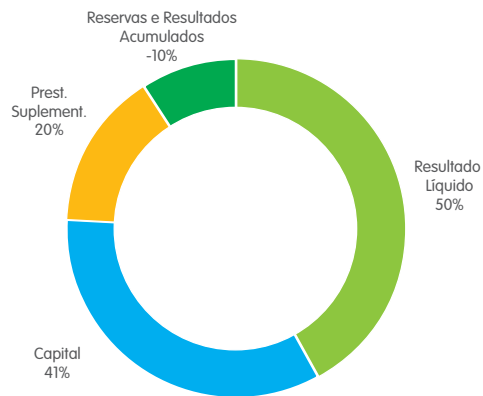
BALANÇO			
milhões de Euros	2010	2009 Proforma	Δ%
ACTIVO			
Activos tangíveis e intangíveis	2 469	2 507	-1,5%
Investimentos financeiros	105	105	0,1%
Impostos diferidos activos	423	374	13,1%
Clientes	717	442	62,4%
Devedores e outros activos	451	437	3,2%
Inventários	17	18	-6,6%
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-10,5%
Total	4 183	3 884	7,7%
CAPITAL PRÓPRIO			
	486	551	-11,7%
PASSIVO			
Empréstimos (MLP+CP)	1 428	628	127,4%
Benefícios aos empregados	1 333	1 344	-0,8%
Provisões para riscos e encargos	57	57	-0,4%
Passivos por impostos diferidos	34	61	-44,3%
Credores e outros Passivos (líquido)	845	1 243	-32,0%
Total	4 183	3 884	7,7%

Em termos de Activo, o aumento registou-se na rubrica de Clientes, com aumento de 276 milhões de euros face ao período homólogo de 2009.

Os Activos Tangíveis e Intangíveis, que de acordo com o novo Quadro Contabilístico se apresentam líquidos de Comparticipações de Clientes, representam cerca de 60% do Activo total.

Assinala-se um decréscimo de 65 M€ do Capital Próprio, em resultado, grosso modo, da conjugação das variações no Capital e nas Reservas e resultados acumulados. No gráfico seguinte, pode observar-se a composição daquele agregado.

Detalhe do Capital Próprio em 2010



No domínio do Passivo, verifica-se um aumento de 299 milhões de euros em resultado do aumento verificado em suprimentos de longo prazo, que mais do que compensa a redução de cash-pooling com a EDP, SA registado na rubrica Credores e outros passivos. Excluindo estes efeitos de endividamento, o Passivo aumenta cerca de 363 milhões de euros, principalmente com empresas do Grupo, nomeadamente com a EDP Serviço Universal, em resultado da actividade operacional da empresa.

FINANCIAMENTO

A evolução da dívida financeira líquida da EDP Distribuição em 2010 é evidenciada no quadro seguinte:

DÍVIDA LÍQUIDA				
milhões de Euros	Saldo Inicial		Saldo Final	
Suprimentos (CP + MLP)	638	45,3%	1 435	97,5%
Conta Corrente com EDP, SA	772	54,8%	37	2,5%
Dívida Líquida	1 409	100%	1 472	100%

Verifica-se um aumento da Dívida Líquida de 63 milhões de euros face a 2009 e uma alteração na estrutura da Dívida, pela contracção de novo Suprimento durante 2010 por forma a equilibrar a estrutura da EDP Distribuição em linha com a política de endividamento do Grupo EDP.

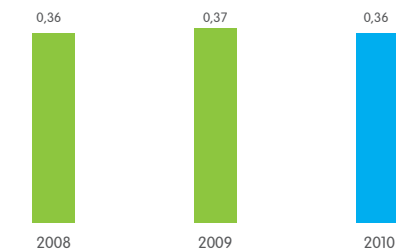
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2010, o Resultado líquido alcançou os 242 milhões de euros, o que compara com 212 milhões de euros no ano anterior.

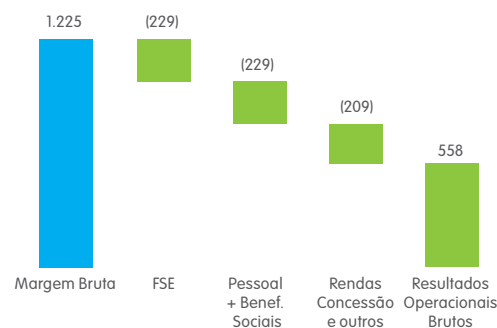
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
milhões de Euros	2010	2009	Δ Valor	Δ%
Margem Bruta	1 225	1 222	3,0	0,2%
Fornecimentos e serviços externos	229	225	4,1	1,8%
Custos com Pessoal e Benefícios Sociais	229	222	6,5	2,9%
Rendas das concessões	238	240	-1,2	-0,5%
Outros custos operacionais (líquidos)	- 29	- 33	4,6	-13,8%
Custos Operacionais	667	653	14,0	2,1%
Resultado Operacional Bruto	558	569	-11,0	-1,9%
Provisões para riscos e encargos	5	6	-1,5	-24,1%
Depreciações e Amortizações Líquidas	243	242	1,2	0,5%
Resultados Operacionais	310	321	-10,7	-3,4%
Resultados Financeiros	- 34	- 59	25,1	-42,5%
Resultados antes de impostos	276	262	14,4	5,5%
IRC e impostos diferidos	- 34	- 50	16,0	-32,4%
Resultado Líquido do Exercício	242	212	30,4	14,4%

O Resultado líquido cresceu 14,4% em consequência de (i) manutenção da Margem bruta, em linha com o crescimento da energia distribuída em 2010 (+3,7% face a 2009), efeito mitigado por redução do deflactor do PIB que afecta o Proveito Permitido unitário da EDP Distribuição, (ii) melhoria da eficiência traduzida na contenção de custos apesar do aumento da actividade operacional, e (iii) melhoria dos resultados financeiros. As rubricas de Impostos resultaram numa contribuição positiva pelo efeito combinado de: (i) aumento do imposto corrente por aumento do Resultado e aumento da taxa de imposto (de 26,5% para 29%) e (ii) aumento do imposto diferido, associado ao crédito fiscal de activos regulatórios e responsabilidades com fundo pensões, que com o aumento da taxa de imposto sofreram respectiva actualização, aumentando o valor de crédito fiscal no ano.

OPEX / Margem Bruta



Detalhe dos Resultados Operacionais Brutos em 2010 (milhões de euros)



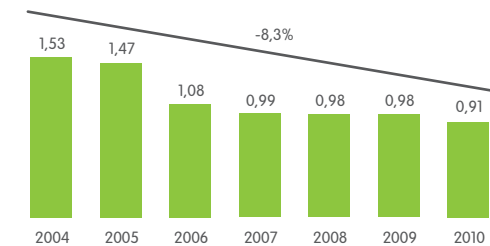
O Resultado operacional bruto diminuiu 1,9% face ao período homólogo para 558 milhões de euros.

Como se pode observar pelo gráfico acima, este resultado é obtido da Margem Bruta da empresa, de 1.225 milhões de euros, +0,2% face ao período homólogo de 2009, que é absorvida por:

- 229 milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, que se mantiveram globalmente em linha com 2009, sendo de destacar os seguintes efeitos: (i) aumento nos custos com conservação, essencialmente para reposição da condição dos activos após os efeitos dos temporais verificados em 2009 e 2010, (ii) aumento de serviços ao cliente, que reflectem o custo de reparametrização de contadores para responder a imposição legal; (iii) redução de custos com comunicações por renegociação de contrato; (iv) redução global de serviços prestados por terceiros em linha com a recente empreitada contratada.
- 229 milhões de euros de Custos com Pessoal e Benefícios Sociais, que incluem o efeito de redução de custo com colaboradores no activo em resultado da diminuição de colaboradores nos últimos anos, actualização das responsabilidades com Fundo de Pensões e Actos Médicos inferior em 2010 face a 2009, constituição de uma provisão para saídas com reformas antecipadas ocorrida em 2010, respeitando o normativo contabilístico de reconhecimento da responsabilidade total com esses colaboradores.
- 210 milhões de euros de Rendas de Concessão e Outros custos e proveitos operacionais, que resultam principalmente da actualização do valor a pagar aos Municípios pela Concessão da rede de Baixa Tensão.

Analisando a evolução dos custos de exploração (OPEX) - definidos como o somatório do consumo de materiais, dos custos com pessoal e benefícios sociais e dos FSE, corrigido dos custos de reestruturação - por unidade de energia saída, verifica-se, a preços constantes, uma redução de cerca de 8% ao ano, entre 2004 e 2010, situando-se, neste último ano, em 0,91 centímetros por kWh, a preços de 2010, facto que reflecte um considerável aumento da produtividade da empresa, no período em análise.

OPEX / Energia Distribuída



análise económica e financeira

INVESTIMENTO

O investimento na EDP Distribuição ascendeu a 291 milhões de euros em 2010, a custos totais, valor em linha com o investido no período homólogo de 2009.

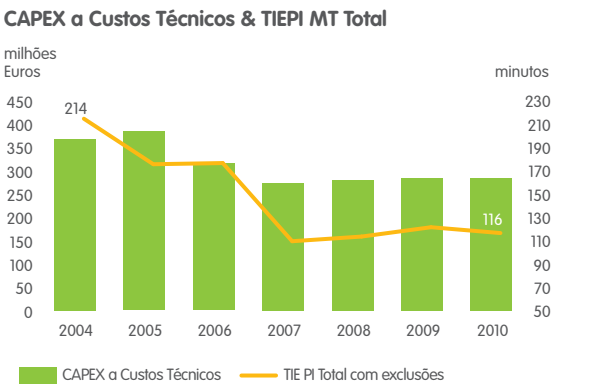
Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos a custos totais, líquido das participações financeiras recebidas.

INVESTIMENTO A CUSTOS TOTAIS			
milhões de Euros	2010	2009	Δ%
Investimento Custos Primários	217	229	-5,3%
Específico	204	209	-2,4%
Alta Tensão	43	45	-4,2%
Média Tensão	55	49	11,5%
Baixa Tensão	81	86	-5,9%
Iluminação Pública	11	16	-28,6%
Outros	14	13	6,9%
Não específico	13	20	-34,7%
Sistemas informáticos	4	7	-33,6%
Outros	9	13	-35,3%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	74	65	13,4%
Investimentos Custos Totais	291	294	-1,1%
Comparticipações Financeiras	51	58	-10,8%
Investimento C.Totais Líq. Comparti. Financeiras	240	236	1,2%
Comparticipações em Espécie	55	79	-31,2%

No que concerne ao Investimento Específico, o ano de 2010 foi marcado por um ligeiro crescimento face ao ano anterior destacando-se, entre outros o aumento da automação na rede, em especial com o programa de telecomando da rede de Média Tensão, conforme descrito no capítulo de Investimento neste documento.

No Investimento Não Específico verificou-se uma diminuição de 7 milhões de euros face a 2009, principalmente em sistemas de informação, edifícios e viaturas.

No ano 2010 é possível observar uma diminuição no valor de Participações, quer Financeiras, resultado de alteração da regra de participação de clientes, quer em Espécie, que atingiram o montante de 55 milhões de euros face a 79 milhões de euros em 2009.



Nos últimos anos a EDP Distribuição tem mantido uma forte política de investimento enfocado na melhoria da qualidade de serviço que tem verificado uma sustentada descida no TIEPI MT.



considerações
finais

- 52 PERSPECTIVAS PARA 2011
- 52 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 52 NOTA FINAL



considerações finais

PERSPECTIVAS PARA 2011

O ano de 2011 será um ano de grandes desafios para a EDP Distribuição, mantendo-se a pressão para o escrupuloso cumprimento das metas definidas. A Empresa tem-se preparado, adaptando a sua organização e criando programas e processos específicos, integrados no Programa Distribuição 2012, no sentido de fazer face às novas realidades.

Será o último ano do actual período regulatório, assumindo assim particular importância os trabalhos de preparação do período seguinte considerando as repercussões que esta matéria tem nos resultados da Empresa e na sua actividade.

A integração em larga escala de fontes de energia renováveis na Baixa Tensão e na Média Tensão, geograficamente dispersas e geralmente intermitentes, coloca desafios à operação e ao planeamento da rede de distribuição de electricidade, com repercussões ambientais, tecnológicas e de sustentabilidade. O Projecto InovGrid responde a estes desafios, permitindo, com a implementação do projecto piloto na cidade de Évora (InovCity), analisar resultados em termos de melhoria na Qualidade de Serviço e gestão da rede de distribuição, e de dados de consumos e de interacção com os clientes, na perspectiva de recolha de informação para o desenvolvimento futuro do Projecto, de criação de novos serviços para o cliente e de procura de uma cada vez maior eficiência energética.

Neste âmbito, assume particular importância o consumo com a iluminação pública, estando em curso a realização de testes nesta rede utilizando tecnologia baseada em LEDs, indo ao encontro das preocupações dos municípios com este assunto.

O tema da Mobilidade Eléctrica continuará a ser objecto de especial atenção, mantendo-se os trabalhos de instalação dos pontos de carregamento de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei 39/2010 de 26 de Abril, prevendo-se ter instaladas 1 350 instalações deste tipo no final de 2011.

O actual contexto macroeconómico continuará a ter repercussões, entre outras, no nível de consumo de energia eléctrica com consequências nos resultados da Empresa.

No mesmo âmbito, manter-se-á a disciplina no investimento (CAPEX) a realizar na rede de distribuição, tendo no entanto sempre presente o objectivo de melhoria da qualidade de serviço para os quais estão projectados, e já implementados, programas específicos, assim como se manterá um controlo apertado nos custos operacionais (OPEX).

A qualidade da informação referente a consumos que é regularmente disponibilizada ao mercado também continua a merecer especial atenção. Dando resposta a esta preocupação, simultaneamente com a adequação do parque de contadores às novas opções tarifárias, será realizada uma campanha para colocar todos os clientes de Baixa Tensão Especial com equipamentos de telecontagem. Com esta medida, passaremos a dispor remotamente dos dados de mais de 50% da energia consumida no país.

A EDP Distribuição é uma empresa em grande transformação, num sector dinâmico e a sofrer significativas alterações do ponto e vista da relação entre produtores, distribuidores e consumidores.

A integração de novas tecnologias e sistemas de informação na gestão da rede de distribuição, irá permitir maior eficiência

operacionais e energéticas com benefícios para os vários stakeholders.

O empenho, a dedicação e motivação dos colaboradores tem sido essencial para a concretização dos objectivos estabelecidos, tornando a EDP Distribuição numa empresa cada vez melhor e mais atractiva para se trabalhar.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2010. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor a distribuir foi provisionado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do exercício de 2010, no valor de 242 383 537,77 euros, já se encontra deduzido do montante de 14 136 101,00 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no valor de 242 383 537,77 euros, tenha a seguinte aplicação

Dividendos	242 000 000,00
Distribuição de Resultados a Trabalhadores e Órgãos Sociais	14 136 101,00 (já deduzido ao resultado líquido)
Resultados Transitados	383 537,77
Resultado Líquido de 2010	242 383 537,77

NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Miguel Stilwell d’Andrade





anexos

- 56 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
- 58 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 62 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



anexos

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1) Artº 447º, Nº 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade derem na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A.:

ACÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO
ANEXO REFERIDO NO N.º 5 DO ARTIGO 447.º DO CSC

	MOVIMENTOS EM 2010	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO/ ALIENAÇÃO	SALDO (N.º ACÇÕES) 31/12/2010	SALDO (N.º ACÇÕES) 31/12/2009
Conselho de Administração				
João José Saraiva Torres	7 470*	-	39 194	31 724
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	9 691**	2,737	47 005	37 314
Miguel Stilwell d'Andrade	11 370**	2,560	39 830	28 460

* Atribuição de parte do prémio em acções
** Atribuição de parte do prémio em acções e aquisição em bolsa

2) Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2010, eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

- EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, Lisboa: 100% do capital social.

Lisboa, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Miguel Stilwell d’Andrade



demonstrações financeiras

EDP Distribuição - Energia, S.A.
Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Notas	2010	2009
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	5	3.254.426
Custos com aquisição de electricidade	5	-2.022.650
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-6.833
		1.224.943
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	6	45.025
Fornecimentos e serviços externos	7	-228.690
Custos com o pessoal	8	-228.911
Outros custos de exploração	9	-254.643
		-667.219
		557.724
Provisões do exercício	10	-4.594
Amortizações do exercício	11	-243.172
		309.958
Outros proveitos financeiros	12	7.666
Outros custos financeiros	12	-41.707
Resultado antes de impostos		275.917
Impostos sobre lucros	13	-33.533
Resultado líquido do exercício		242.384

EDP Distribuição - Energia, S.A.
Balção em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Notas	2010	2009
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo		
Ativos fixos tangíveis	14	103.018
Ativos intangíveis	15	2.366.150
Investimentos financeiros em empresas filiais	16	105.200
Ativos financeiros disponíveis para venda	17	19
Ativos por impostos diferidos	18	422.993
Clientes	20	82.698
Devedores e outros Ativos	21	272.276
Total dos Ativos Não Correntes		3.352.354
Inventários	19	17.370
Clientes	20	634.419
Devedores e outros Ativos	21	172.294
Impostos a receber	22	5.752
Caixa e equivalentes de caixa	23	788
Total dos Ativos Correntes		830.623
Total do Activo		4.182.977
Capitais Próprios		
Capital	24	200.000
Prestações suplementares	24	95.000
Reservas e resultados acumulados	25	63.974
Resultado líquido do exercício		242.384
Dividendos antecipados	25	-115.000
Total dos Capitais Próprios		486.358
Passivo		
Dívida financeira	26	1.428.272
Benefícios aos empregados	27	1.332.615
Provisões para riscos e encargos	28	56.967
Passivos por impostos diferidos	18	33.822
Credores e outros passivos	29	64.650
Total dos Passivos Não Correntes		2.916.326
Credores e outros passivos	29	767.605
Impostos a pagar	30	12.688
Total dos Passivos Correntes		780.293
Total do Passivo		3.696.619
Total dos Capitais Próprios e Passivo		4.182.977

demonstrações financeiras

EDP Distribuição - Energia, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Dez 2010	Dez 2009
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	3.117.331	1.832.217
Pagamentos a fornecedores	-2.166.645	-733.783
Pagamentos ao pessoal	-284.517	-270.046
Pagamentos de rendas de concessão	-239.528	-239.536
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	4.200	9.925
Fluxo gerado pelas operações	430.841	598.777
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-122.954	32.332
Fluxo das Actividades Operacionais	307.887	631.109
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.070	2.399
Outros recebimentos relativos a Ativos fixos tangíveis	105.861	124.022
Empréstimos concedidos	-	115.090
Juros e proventos similares	4.190	2.121
	112.121	243.632
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-100	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-348.832	-392.167
	-348.932	-392.167
Fluxo das Actividades de Investimento	-236.811	-148.535
Actividades de Financiamento		
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos	65.484	-266.911
Juros e custos similares incluindo derivados de cobertura	-43.652	-63.016
Dividendos pagos	-93.000	-179.650
Fluxo das Actividades de Financiamento	-71.168	-509.577
Variação de caixa e seus equivalentes	-92	-27.003
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	880	27.883
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	788	880

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 23 às Demonstrações Financeiras

EDP Distribuição - Energia, S.A.
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	(Milhares de Euros)					
	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Suplement.	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	539.488	1.024.500	95.000	116.516	247.255	-943.783
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	211.960	-	-	-	-	211.960
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-83.657	-	-	-	-83.657	-
Rendimento integral total do exercício	128.303	-	-	-	-83.657	211.960
Reforço da reserva legal	-	-	-	5.706	-	-5.706
Distribuição de dividendos	-71.650	-	-	-	-	-71.650
Dividendos antecipados	-41.000	-	-	-	-	-41.000
Distribuição de reservas	-4.000	-	-	-	-	-4.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	551.141	1.024.500	95.000	122.222	163.598	-854.179
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	242.384	-	-	-	-	242.384
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-43.167	-	-	-	-43.167	-
Rendimento integral total do exercício	199.217	-	-	-	-43.167	242.384
Cobertura de resultados transitados negativos	-	-763.856	-	-	-247.255	1.011.111
Constituição de reserva para cobertura variação justo valor	-	-150.000	-	-	150.000	-
Aumento de capital	-	89.356	-	-89.356	-	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	7.791	-	-7.791
Distribuição de dividendos	-93.000	-	-	-	-	-93.000
Dividendos antecipados	-115.000	-	-	-	-	-115.000
Distribuição de reservas	-56.000	-	-	-	-	-56.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	486.358	200.000	95.000	40.657	23.176	127.525

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Actividade económica da EDP Distribuição

a) Objecto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa colectiva n.º 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o n.º 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia eléctrica, CENEL - Electricidade do Centro, S.A., EN - Electricidade do Norte, S.A., LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE - Electricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP - Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do sector eléctrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Directiva n.º 2003/54/CE. A figura de "Comercializador de Último Recurso" (CUR), prevista na Directiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela actividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de Dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. A partir do dia 1 de Janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a actividade de venda de electricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia eléctrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP - Energias de Portugal, S.A., sua accionista e empresa mãe do Grupo EDP.

b) Regime de preços de venda de acessos

A comercialização de electricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE.

Os preços de venda de energia eléctrica (tarifas) para 2010 foram fixadas pelo Despacho n.º 27650 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 15 de Dezembro de 2009, publicada no Diário da República n.º 249 (2.ª série), de 28 de Dezembro de 2009.

c) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante a atribuição de uma concessão de serviço público. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões é atribuída pelo Estado por um prazo de 35 anos e é actualmente exercida pela EDP Distribuição.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pela Empresa, por concessão, através da celebração do respectivo contrato de concessão, por períodos que vigorem de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos. No processo de criação da EDP, S.A., ocorrido em 1994, esta possibilidade foi mantida em relação às quatro Empresas de Distribuição de electricidade então criadas, posteriormente objecto de fusão no ano de 2000 na EDP Distribuição, S.A. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservam na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de activos intangíveis (Nota 17), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 35), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 d).

d) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns immobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes immobilizados estão afectos à actividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afectação ao regime de domínio público.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 18 de Março de 2011 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as IFRS, tendo sido aplicada a IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das IFRS.

Na preparação do balanço de abertura, a EDP Distribuição efectuou ajustamentos aos montantes divulgados nas demonstrações financeiras anteriores, preparadas em conformidade com as disposições e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, estabelecidos pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC). A transição para as IFRS afectou a posição financeira e o desempenho financeiro conforme apresentado na nota 28.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta convenção são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como activos não correntes delidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes delidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinem participação financeira possa estar em imparidade.

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

f) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2010, a empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Ao abrigo do regime do DL 344-B/82	10 a 30
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 50

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospectiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afectos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a activos afectos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de activos fixos intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de activos fixos intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12.

g) Activos Intangíveis

Os Activos Intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade Industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de electricidade, são registados como activos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos activos inerentes, como se segue:

	Número de anos
Equipamento básico:	
Distribuição de electricidade	10 a 30

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela empresa a luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos devedores sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões existentes na empresa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, a empresa optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2009, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A empresa reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

A EDP Distribuição concede benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço da empresa. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

Os accionistas da sociedade aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O crédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e acessos.

A facturação de vendas de acessos é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionada com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela empresa.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

r) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas (baseadas nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, a empresa registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

s) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

t) Actividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadrados nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os activos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Modelo do activo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do activo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afectos à concessão e resulta no registo de um activo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os activos intangíveis afectos a concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos activos intangíveis afectos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos activos afectos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos activos afectos a cada concessão.

Os impactos decorrentes da adopção do IFRIC 12 encontram-se apresentadas na Nota 33 às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proventos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proventos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Distribuição os resultados reportados pela empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificados num determinado ano às tarifas dos anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pela empresa (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proventos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação actualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, a empresa registou nos resultados do exercício na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice. Consequentemente, a EDP Distribuição registou nos resultados do período na rubrica de Vendas os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida das rubricas de Acréscimos e diferimentos activos/ Acréscimos e diferimentos passivos. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adaptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários através das tarifas de energia eléctrica.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proventos/rédito

Os proventos das vendas de acessos são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proventos relativos a acessos a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proventos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (REITGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. Em Portugal, As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Distribuição durante um período de quatro anos para exercícios a partir de 2010 e seis anos para os exercícios anteriores, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indirecta e na medida em que esta exposição afecte os financiamentos obtidos junto das empresas do Grupo (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

5. Volume de negócios

A análise do Volume de negócios por actividade, é a seguinte:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Vendas por actividade:		
Acessos	3.237.507	1.663.203
Outros	2.820	5.096
	<u>3.240.327</u>	<u>1.668.299</u>
Prestação de serviços por actividade:		
Associados a vendas de acessos	1.912	2.541
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	12.039	12.412
Outros	148	406
	<u>14.099</u>	<u>15.359</u>
	<u>3.254.426</u>	<u>1.683.658</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Volume de negócios:		
Acessos	3.239.419	1.665.744
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	12.039	12.412
Outros	2.968	5.502
	<u>3.254.426</u>	<u>1.683.658</u>

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

Acessos:		
A comercializadores:		
- Em muito alta tensão	12.211	356
- Em alta tensão	65.458	17.060
- Em média tensão	373.882	224.225
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	191.094	136.002
- Em baixa tensão	2.008.734	1.138.521
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	79.150	32.862
Desvio tarifário	-61.557	5.371
Recuperação e actualização do desvio tarifário gerado em 2007/2008	-117.683	-
Transferência do défice tarifário gerado entre 2006 e 2008	-173.873	-23.514
Diferencial tarifa social	-123	-79
Sustentabilidade de mercados	822.214	-
Correcção hidráulidade	41.272	135.070
Comparticipação PPDA (Planos Promoção Desempenho Ambiental)	-3.272	-2.671
	<u>3.237.507</u>	<u>1.663.203</u>
Outras Vendas:		
	2.820	5.096
	<u>2.820</u>	<u>5.096</u>
	<u>3.240.327</u>	<u>1.668.299</u>

A rubrica desvio tarifário e recuperação/actualização detalha-se como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Devolução do desvio tarifário gerado em 2007	-	17.265
Recuperação e actualização do desvio tarifário gerado em 2008	-119.619	-
Desvio tarifário de 2008	-	6.182
Desvio tarifário de 2009	1.936	-18.076
Desvio tarifário de 2010	-61.557	-
	<u>-179.240</u>	<u>5.371</u>

A rubrica "Transferência défice tarifário gerado entre 2006 e 2008" refere-se à transferência para os titulares dos activos do valor recuperado em 2009 e 2010 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o exercício de 2010 à devolução do valor líquido dos ajustamentos referente aos custos decorrentes da actividade da compra e venda da energia eléctrica do CUR, relativos ao ano de 2008 e previsionais para 2009, no montante de 822.214 milhares de euros. Esta devolução é realizada, nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de UGS a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), em benefício de todos os clientes. Deste modo, e de acordo com o Regulamento Tarifário, durante o exercício de 2010 a EDP Distribuição debitou este montante à EDP Serviço Universal (comercializador de último recurso), estando este montante registado na rubrica de "Sustentabilidade de mercados".

As rubricas de Custos com aquisição de electricidade e gás e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis são analisadas como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Custos com acessos		
Custos com acessos	2.022.650	449.646
Variação dos inventários e custo das matérias primas e consumidas		
- Outros custos	84.281	87.820
- Trabalhos para a própria empresa - consumo de materiais	-77.448	-75.716
	<u>6.833</u>	<u>12.104</u>
	<u>2.029.483</u>	<u>461.750</u>

Activos afectos a concessões

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Activos afectos a concessões:		
Rédito associado a activos afectos a concessões	241.398	225.247
Encargos com a aquisição de activos afectos a concessões	-241.398	-225.247
	<u>-</u>	<u>-</u>

6. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Aluguer de equipamentos	3.898	4.276
Comparticipação de colaboradores em despesas de saúde	3.264	3.248
Subsídios à exploração	777	92
Ganhos em imobilizações	1.252	1.247
Reversão de imparidades		
- Cobranças duvidosas de clientes	5.424	9.323
- Devedores e outros activos	2.500	24
Cedências de pessoal	9.874	7.625
Valores em excesso de participações de clientes	7.312	8.201
Recuperação de custos	1.923	4.325
Outros proveitos de exploração	8.801	7.462
	<u>45.025</u>	<u>45.823</u>

7. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Fornecimentos e serviços :		
Água, electricidade e combustíveis	7.138	6.418
Utensílios e material de escritório	708	826
Rendas e alugueres	17.306	18.582
Comunicações	3.936	4.211
Seguros	10.245	8.760
Transportes, deslocações e estadias	2.569	1.649
Comissões e honorários	66	29
Conservação e reparação	57.434	54.528
Publicidade e propaganda	1.486	813
Vigilância e Segurança	1.966	1.939
Trabalhos especializados:		
- actividade Comercial	15.297	9.625
- Serviços de Informática	7.268	6.701
- Serviços Jurídicos	742	622
- Serviços de Consultoria	2.183	2.054
- Serviços partilhados	81.821	79.828
- Serviços de gestão (EDP, S.A.)	11.906	16.161
- Outros Serviços	3.841	5.614
Cedência de Pessoal	5.990	3.564
Outros fornecimentos e serviços	1.468	2.688
Trabalhos para a própria empresa	-4.680	-
	<u>228.690</u>	<u>224.612</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

8. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de Custos com o pessoal é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	528	505
Remuneração dos colaboradores	130.953	131.153
Encargos sobre remunerações	31.217	31.062
Custos com indemnizações	721	314
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	18.282	16.998
Outros custos	6.303	6.551
Trabalhos para a própria empresa	-61.391	-53.700
	<u>126.613</u>	<u>132.883</u>

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	Dez 2010 Nº empreg.	Dez 2009 Nº empreg.
Órgãos sociais	3	3
Dirigentes	79	72
Quadros superiores	540	544
Quadros médios	20	21
Quadros intermédios	44	50
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2.772	2.911
Profissionais semi-qualificados	68	85
Contratados a prazo	1	12
	<u>3.527</u>	<u>3.698</u>

As remunerações a órgãos sociais no exercício resumem-se como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Conselho de Administração	528	505
Fiscal Único/ROC	160	160
	<u>688</u>	<u>665</u>

A rubrica de Benefícios aos empregados é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custos com plano de pensões	40.610	41.781
Custos com plano médico e outros benefícios	31.577	34.266
Custos com racionalização de recursos humanos	29.448	12.715
Outros	663	773
	<u>102.298</u>	<u>89.535</u>

Os custos com planos de pensões incluem 38.502 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 41.435 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 27) e 2.108 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 6 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 31.577 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 34.266 milhares de Euros) respeitam à dotação do exercício, líquidos das reduções do exercício. Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem de novos acordos de pré-reforma de 130 trabalhadores da EDP Distribuição, S.A.

9. Outros custos de exploração

A rubrica de Outros custos de exploração é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	238.363	239.536
Impostos directos	244	265
Impostos indirectos	2.155	1.601
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	3.988	1.205
Imparidade para devedores e outros activos	1.791	941
Dívidas incobráveis	41	15
Perdas em imobilizações	343	996
Donativos	2.165	2.278
Outros custos e perdas operacionais	5.553	5.170
	<u>254.643</u>	<u>252.007</u>

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.

A imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros activos é analisada nas notas 20 e 21 às demonstrações financeiras, respectivamente.

10. Provisões do exercício

A rubrica de Provisões do exercício é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Dotação de provisões	6.178	9.011
Redução de provisões	-1.584	-2.955
	<u>4.594</u>	<u>6.056</u>

As dotações de provisões, no montante global de 6.178 milhares de Euros incluem 1.221 milhares de Euros relativos às provisões para processos judiciais (2009: 4.710 milhares de Euros) e 4.957 milhares de Euros para as provisões para outros riscos e encargos (2009: 4.301 milhares de Euros), conforme referido na nota 28 abaixo.

11. Amortizações do exercício

A rubrica de Amortizações é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Amortização de activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1.180	1.354
Equipamento de transporte	4.748	4.240
Equipamento administrativo e utensílios	10.973	9.145
Outros activos tangíveis	1.450	1.216
	<u>18.351</u>	<u>15.955</u>
Amortização de activos fixos intangíveis:		
Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12	224.821	225.976
	<u>243.172</u>	<u>241.931</u>

A rubrica Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, contabilizados de acordo com a respectiva política contabilística.

Com a adopção da IFRIC 12 o valor de amortizações de activos fixos tangíveis afectos a concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12. Com referência a 31 de Dezembro de 2010 a reclassificação referida ascende a 224.821 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 225.176 milhares de Euros).

12. Outros proventos e custos financeiros

A rubrica de Outros proventos e custos financeiros é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Outros proventos financeiros		
Juros de suprimentos concedidos à EDP SU e gestão de tesouraria	1.708	8.430
Outros juros obtidos	2.205	-
Juros de desvios tarifários	3.133	5.721
Outros ganhos financeiros	620	452
	<u>7.666</u>	<u>14.603</u>
Outros custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A.	39.885	70.299
Juros de gestão de tesouraria	8.195	8.565
Serviços bancários	13	21
Juros de Desvio Tarifário	808	892
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	4.999
Outras perdas financeiras	286	222
TPE's - Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-7.480	-11.222
	<u>41.707</u>	<u>73.776</u>
Resultados financeiros	<u>-34.041</u>	<u>-59.173</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A rubrica "Juros de empréstimos obtidos capitalizados" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 e). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

A rubrica "Outros juros obtidos" respeita a um valor indemnizatório resultado do atraso da Administração Fiscal no reembolso de IVA referente aos anos entre 2002 e 2006.

13. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante 4 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2006.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 4 anos seguintes.

A análise da Provisão para Impostos sobre lucros é a seguinte:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Imposto corrente		
Relativo ao período	-99.849	-56.080
Relativo ao exercício anterior	2.093	-723
Imposto diferido	64.223	7.229
	<u>-33.533</u>	<u>-49.574</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2010, é analisada como segue:

	Dez 2010		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,50%	275.917	73.118
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	2,60%	27.094	7.180
Pensões e outros benefícios de reforma	-4,82%	-50.136	-13.286
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,15%	1.551	411
Alterações de estimativas	-11,77%	-122.570	-32.481
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,51%	-5.316	-1.409
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	12,15%	126.540	33.533

A Lei n.º 12-A/2010 publicada em 30 de Junho de 2010, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente a introdução de uma derrama estadual, correspondente a 2,5% dos lucros tributáveis superiores a 2 milhões de Euros. Consequentemente, a taxa de imposto total aplicável às entidades cujo lucro tributável excede aquele montante passou a ser de 29%.

O efeito desta alteração da taxa de imposto foi incorporado na determinação da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, bem como no cálculo dos impostos diferidos registados nas respectivas demonstrações financeiras. Os respectivos impactos encontram-se divulgados nas rubricas Efeito da alteração da taxa de imposto (efeito em impostos diferidos) e Efeito da aplicação da derrama estadual (efeito em imposto corrente).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC em 2009, é analisada como segue:

	Dez 2009		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	261.534	69.307
Prejuízos e créditos fiscais	0,1%	909	241
Benefícios fiscais	-0,1%	-853	-226
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-8,7%	-85.611	-22.687
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à colecta	0,5%	5.374	1.424
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	0,4%	4.358	1.155
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,1%	1.358	360
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	19,0%	187.070	49.574

14. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	5.118	5.118
Edifícios e outras construções	62.518	68.836
Equipamento de transporte	36.810	38.392
Equipamento administrativo e utensílios	149.153	141.406
Outros activos fixos tangíveis	13.578	13.479
Activos fixos tangíveis em curso	17.258	17.600
	<u>284.435</u>	<u>284.831</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:		
Amortizações do exercício	-18.351	-15.955
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-163.066	-155.353
	<u>-181.417</u>	<u>-171.308</u>
Valor líquido contabilístico	<u>103.018</u>	<u>113.523</u>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5.118	-	-	-	-	5.118
Edifícios e outras construções	68.836	13	-62	288	- 6.557	62.518
Equipamento de transporte	38.392	4.301	-5.883	-	-	36.810
Equipamento administrativo e utensílios	141.406	1.371	-60	6.436	-	149.153
Outros activos fixos tangíveis	13.479	61	-	38	-	13.578
Activos fixos tangíveis em curso	17.600	6.420	-	-6.762	-	17.258
	<u>284.831</u>	<u>12.166</u>	<u>-6.005</u>	<u>-</u>	<u>-6.557</u>	<u>284.435</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do Imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:					
Edifícios e outras construções	-37.263	-1.180	46	2.650	-35.747
Equipamento de transporte	-23.711	-4.748	5.491	-	-22.968
Equipamento administrativo e utensílios	-99.452	-10.973	55	-	-110.370
Outros activos fixos tangíveis	-10.882	-1.450	-	-	-12.332
	<u>-171.308</u>	<u>-18.351</u>	<u>5.592</u>	<u>2.650</u>	<u>-181.417</u>

Os saldos de abertura a 1 de Janeiro de 2010 incluem o efeito da aplicação IFRIC 12 com a reexpressão dos comparativos à data de 31 de Dezembro de 2009, originando a reclassificação de activos fixos tangíveis no montante líquido de 4.166.304 milhares de euros (ver nota 33).

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	5.118	-	-	-	5.118
Edifícios e outras construções	67.633	-	-	1.203	68.836
Equipamento de transporte	36.353	8.607	-6.568	-	38.392
Equipamento administrativo e utensílios	118.178	2.924	-29	20.333	141.406
Outros activos fixos tangíveis	13.479	-	-	-	13.479
Activos fixos tangíveis em curso	27.621	11.515	-	-21.536	17.600
	<u>268.382</u>	<u>23.046</u>	<u>-6.597</u>	<u>-</u>	<u>284.831</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienacões / Abates Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades:					
Edifícios e outras construções	-35.909	-1.354	-	-	-37.263
Equipamento de transporte	-25.784	-4.240	-	6.313	-23.711
Equipamento administrativo e utensílios	-90.328	-9.145	-	21	-99.452
Outros activos fixos tangíveis	-9.666	-1.216	-	-	-10.882
	-161.687	-15.955	-	6.334	-171.308

15. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Valor bruto:		
Activos intangíveis afectos a concessões	9.140.460	8.893.401
Activos intangíveis em curso afectos a concessões	61.388	109.447
	9.201.848	9.002.848
Amortizações acumuladas e Imparidade:		
Amortizações do exercício de activos intangíveis afectos a concessões	-224.821	-225.976
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-6.610.877	-6.382.959
	-6.835.698	-6.608.935
Valor Líquido	2.366.150	2.393.913

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienacões / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:					
Activos intangíveis afectos a concessões	8.893.401	-	-2.274	249.333	9.140.460
Activos intangíveis em curso afectos a concessões	109.447	234.841	-	-282.900	61.388
	9.002.848	234.841	-2.274	-33.567	9.201.848

As transferências de activos intangíveis afectos a concessões incluem o montante de -40.124 milhões de Euros referente à transferência para Outros devedores do valor correspondente à variação do activo financeiro associado à IFRIC 12.

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienacões / Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades:					
Activos intangíveis afectos a concessões	-6.608.935	-224.821	708	-2.650	-6.835.698
	-6.608.935	-224.821	708	-2.650	-6.835.698

Os movimentos da rubrica de Activos Intangíveis durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienacões/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:					
Activos intangíveis afectos a concessões	8.705.564	-	-1.253	189.090	8.893.401
Activos intangíveis em curso afectos a concessões	110.943	222.401	-	-223.897	109.447
	8.816.507	222.401	-1.253	-34.807	9.002.848

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienacões/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades:					
Activos intangíveis afectos a concessões	-6.383.689	-225.976	730	-	-6.608.935
	-6.383.689	-225.976	730	-	-6.608.935

16. Investimentos financeiros em empresas filiais

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Dez 2010 Valor Líquido Euro'000	Dez 2009 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais:		
EDP Serviço Universal, S.A.	105.100	105.100
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade eléctrica, S.A.	50	-
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade eléctrica, S.A.	50	-
	105.200	105.100

A variação na rubrica de investimentos financeiros em empresas filiais (100 milhares de Euros), resulta da constituição de duas novas empresas (SGORME e EDP MOP) criadas para o desenvolvimento da rede de mobilidade eléctrica.

O detalhe dos investimentos financeiros em filiais para a empresa, é analisado como segue:

	Dez 2010 Valor Bruto Euro'000	Dez 2009 Valor Bruto Euro'000	Dez 2010 Imparidade Euro'000	Dez 2009 Imparidade Euro'000
Empresas filiais:				
EDP Serviço Universal, S.A.	105.100	105.100	-	-
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade eléctrica, S.A.	50	-	-	-
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade eléctrica, S.A.	50	-	-	-
	105.200	105.100	-	-

O movimento dos investimentos financeiros em filiais, para a empresa, é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	105.100	105.100
Aquisições / Entradas	100	-
Saldo em 31 de Dezembro	105.200	105.100

17. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Edifícios e outras construções	19	20
	19	20

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

18. Impostos diferidos activos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisões	296.170	261.808	-	-	296.170	261.808
Activos fixos tangíveis e intangíveis	96.815	105.939	-	-	96.815	105.939
Mais-Valias reinvestidas	-	-	4.338	4.163	-4.338	-4.163
Desvio e défice tarifário	28.663	4.790	-	-	28.663	4.790
Anulação de activos e passivos regulatórios	-	-	6.011	30.988	-6.011	-30.988
Reavaliações contabilísticas	-	-	23.473	26.315	-23.473	-26.315
Outras diferenças temporárias	1.345	1.230	-	-	1.345	1.230
	<u>422.993</u>	<u>373.767</u>	<u>33.822</u>	<u>61.466</u>	<u>389.171</u>	<u>312.301</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os exercícios de 2010 e 2009, são os seguintes:

	Impostos Diferidos	
	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	312.301	305.072
Dotação a resultados	64.223	7.229
Dotação a reservas	12.647	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>389.171</u>	<u>312.301</u>

A análise do imposto reconhecido em reservas é a seguinte:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Imposto diferido		
Ganhos e perdas actuariais	12.647	-
	<u>12.647</u>	<u>-</u>

19. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Materiais diversos e outros	17.465	18.541
Imparidade de Inventários	-95	-164
	<u>17.370</u>	<u>18.377</u>

20. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :		
Sector empresarial e particulares:		
Sector empresarial e particulares	294.064	177.044
Estimativa de vendas não facturadas	331.198	173.624
Sector Público:		
Estado e organismos oficiais	379	361
Autoridades locais	7.463	7.101
	<u>633.104</u>	<u>358.130</u>
Clientes de cobrança duvidosa	15.067	10.786
Perdas por imparidade	-13.752	-9.986
	<u>634.419</u>	<u>358.930</u>

Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :

Sector Público:

Autoridades locais	132.432	137.516
	<u>132.432</u>	<u>137.516</u>
Clientes de cobrança duvidosa	5.005	5.005
Perdas por imparidade	-54.739	-59.941
	<u>82.698</u>	<u>82.580</u>
	<u>717.117</u>	<u>441.510</u>

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos activos a receber das autoridades com acordo de pagamento que, no final de 2010, ascende a 49.889 milhares de Euros (2009: 55.077 milhares de Euros), dos quais 49.733 milhares de Euros (2009: 54.936 milhares de Euros) são de médio e longo prazo e 156 milhares de Euros (2009: 141 milhares de Euros) de curto prazo. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor actualizado da mesma à data de 31 de Dezembro de 2010, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autoridades.

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos activos a receber das autoridades com acordo de pagamento que, no final de 2010, ascende a

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	9.986	230	-5.424	-	-	4.792
Sector público	59.941	3.758	-	-	-	63.699
	<u>69.927</u>	<u>3.988</u>	<u>-5.424</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.491</u>

Durante o exercício de 2009, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Sector empresarial e particulares	12.948	1.205	-4.167	-	-	9.986
Sector público	65.097	-	-5.156	-	-	59.941
	<u>78.045</u>	<u>1.205</u>	<u>-9.323</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.927</u>

21. Devedores e outros activos

A rubrica de Devedores e outros activos é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:		
Adiantamentos fornecedores	226	1.740
Dívidas referentes a pessoal	1.208	1.092
Valores a receber por desvios tarifários	20.727	116.936
Devedores por outros bens e serviços empresas do Grupo	78.539	34.835
Devedores por outros bens e serviços Outros	1.664	1.847
Pagamentos por conta de IRC a receber da EDP, S.A.	26.276	-
Encargos com concessões	2.485	3.637
Seguros	2.594	218
Outros custos especializados	186	-
Valores a receber no âmbito do PPEC	912	-
Outros	44.681	45.986
	<u>179.498</u>	<u>206.291</u>
Imparidade para Devedores Curto Prazo - Corrente	-7.204	-7.932
	<u>172.294</u>	<u>198.359</u>
Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente:		
Cauções e depósitos vinculados	2.190	2.198
activos fixos tangíveis em integração compensados	2.894	2.894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12	270.050	229.926
	<u>275.134</u>	<u>235.018</u>
Imparidade para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	-2.858	-2.839
	<u>272.276</u>	<u>232.179</u>
	<u>444.570</u>	<u>430.538</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

As imobilizações corpóreas em integração compensadas representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos activos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2010, ascende a 49.889 milhares de Euros (2009: 55.077 milhares de Euros), dos quais 49.733 milhares de Euros (2009: 54.936 milhares de Euros) são de médio e longo prazo e 156 milhares de Euros (2009: 141 milhares de Euros) de curto prazo. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor actualizado da mesma à data de 31 de Dezembro de 2010, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

A rubrica "Desvio Tarifário", no valor de 20.727 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 450 milhares de Euros (2009: 116.936, incluindo juros no montante de 5.721 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, a concessão da distribuição eléctrica em baixa tensão compete aos municípios, os quais podem exercê-la em regime de exploração directa ou em regime de concessão. Assim nos termos do Decreto-Lei, a empresa procedeu à celebração de contratos de concessão com todas as autarquias de Portugal Continental por um prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos de tempo, os quais não envolvem a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes. O montante registado na rubrica Encargos de concessões respeita ao diferimento dos custos com a prorrogação dos contratos de concessão celebrados com as autarquias de Braga, Santo Tirso e Vila do Conde, pelo período do referido contrato.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	105.033	-
Constituição do desvio de 2008	6 182	-
Encargos financeiros	5 721	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	116.936	-
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-119.619	-
Constituição do desvio de 2009	20 277	-
Encargos financeiros	3 133	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	20.727	-

Em 2010, os movimentos da Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-7.932	-1.791	2.500	19	-7.204
	<u>-7.932</u>	<u>-1.791</u>	<u>2.500</u>	<u>19</u>	<u>-7.204</u>

Em 2010, os movimentos da Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Não Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-2.839	-	-	-19	-2.858
	<u>-2.839</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-19</u>	<u>-2.858</u>

Em 2009, os movimentos da Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-7.086	-869	24	-1	-7.932
	<u>-7.086</u>	<u>-869</u>	<u>24</u>	<u>-1</u>	<u>-7.932</u>

Em 2009, os movimentos da Imparidade para Devedores de Curto Prazo - Não Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 Dezembro Euro'000
Outros devedores	-2.767	-72	-	-	-2.839
	<u>-2.767</u>	<u>-72</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-2.839</u>

22. Impostos a receber

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

Estado e outros entes públicos:
- Imposto sobre o rendimento
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
4.114	45
1.638	6.691
<u>5.752</u>	<u>6.736</u>

23. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

Depósitos bancários:
- Depósitos à ordem
Caixa e equivalentes de caixa líquido

Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
788	880
<u>788</u>	<u>880</u>

24. Capital e Prestações suplementares

A 31 de Dezembro de 2010, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de euros.

As rubricas de capital social e prestações suplementares são analisadas como segue:

	Dez 2010	
	Capital Social Euro'000	Prestações suplementares Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.024.500	95.000
Movimentos do ano:		
Redução do capital para cobertura de prejuízos	- 763.856	-
Aumento do capital social por incorporação da reserva legal	89.356	-
Redução do capital para constituição de reserva especial	- 150.000	-
Saldo em 31 Dezembro de 2010	200.000	95.000

No seguimento da transição para as IFRS, a empresa procedeu à reestruturação dos seus capitais próprios, conforme deliberações da Assembleia Geral dos dias 30 de Setembro de 2010 e 29 de Novembro de 2010, registadas nas Actas n.º 3/2010 e n.º 4/2010. Este processo de reestruturação teve como objectivo proceder à cobertura dos prejuízos acumulados resultantes dos ajustamentos de transição para as IFRS, assim como a constituição de uma reserva especial para cobertura de variações negativas de justo valor.

25. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Reserva legal	40.657	122.222
Outras reservas e resultados acumulados	23.317	-861.541
	<u>63.974</u>	<u>-739.319</u>

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrencia de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

A variação na reserva legal durante o ano 2010, no montante de 81.565 milhares de Euros, resulta de uma redução de 89.356 milhares de Euros por incorporação no capital social e de um aumento de 7.791 milhares de Euros decorrente da aplicação do resultado do exercício de 2009.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades actuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de Janeiro de 2009.

Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Reservas livres	-	247.255
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor	150.000	-
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor - Perdas actuariais	-126.824	-
Resultados transitados	141	-1.108.796
	23.317	-861.541

A redução nas Reservas livres, no montante de 247.255 milhares de Euros, conjuntamente com a redução no capital social, no montante de 763.856 milhares de Euros (Nota 25) decorreu da operação de cobertura de prejuízos levada a cabo pela Empresa no âmbito da transição para as IFRS, o que justifica, simultaneamente, a variação na rubrica de Resultados Transitados.

A variação negativa na rubrica Reserva para Cobertura Variação Justo Valor - Perdas actuariais, no montante de 139.471 milhares de Euros, decorre das perdas actuariais incorridas nos exercícios de 2009 (55.814 milhares de Euros) e de 2010 (83.657 milhares de Euros) decorrentes dos encargos com benefícios aos empregados, conforme referido na nota 27.

No decurso do exercício de 2010 a EDP Distribuição atribuiu dividendos antecipados ao accionista único EDP, S.A. no montante de 115.000 milhares de Euros (2009: 41.000 milhares de Euros). No exercício de 2009 a EDP Distribuição efectuou igualmente uma distribuição de reservas no montante de 4.000 milhares de Euros.

26. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas	1.428.125	628.125
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	1.428.125	628.125
Outros empréstimos	147	-
	147	-
	1.428.272	628.125

A análise da rubrica de Empréstimos, por maturidade, é a seguinte:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Empréstimos de empresas relacionadas:		
De 1 ano a 5 anos	1.428.125	628.125
	1.428.125	628.125

27. Benefícios aos empregados

A rubrica de Benefícios aos empregados é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	743.064	763.622
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	578.221	566.856
Outros	11.330	13.394
	1.332.615	1.343.872

A rubrica de "Outros" inclui, em 31 de Dezembro de 2010, os valores de 11.330 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 13.394 milhares de Euros) relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos.

O movimento da Provisão para responsabilidades e benefícios sociais é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	763.622	733.049
Dotação do exercício	38.502	41.435
Contribuição para o fundo de pensões	-25.760	-
Pré-reformas ("curtailments")	27.722	12.063
(Ganhos) / Perdas actuariais	50.998	88.772
Utilizações de provisões	-112.020	-111.697
Saldo no fim do exercício	743.064	763.622

O movimento da Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	566.856	564.332
Dotação do exercício	32.798	35.416
Pré-reformas ("curtailments")	1.726	652
(Ganhos) / Perdas actuariais	4.816	-5.115
Utilizações de provisões	-30.490	-30.921
Outros movimentos	2.515	2.492
Saldo no fim do exercício	578.221	566.856

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 j), a empresa optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. O impacto em reservas ascendeu ao valor de 504.081 milhares de Euros, a 1 de Janeiro de 2009. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adoptada, foram directamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas actuariais verificadas nesses planos, tendo sido reconhecido nos exercícios de 2010 e 2009 perdas de 55.814 milhares de Euros e de 83.657 milhares de Euros, respectivamente.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante a período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

1. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido pela Pensõesger, subcontratando a gestão de activos a entidades gestoras de activos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos activos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	15.016	15.058
Pessoal no activo	3.774	3.966
	18.790	19.024

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Dez 2010	dez 2009
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos activos	5,60%	6,00%
Taxa de desconto	5,00%	5,20%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	2,70%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	1,90%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01 50%EKV 80	Idade >60 -- TV88/90; Idade <=60 years -- TV99/01 50%EKV 80
Tábua de invalidez		
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade). Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas ao plano de benefícios definido a empregados, foram actualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2010.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respectivos coberturas, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são analisadas como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do exercício	1.544.834	1.565.846
Activos dos Fundos no fim do exercício	-801.770	-802.224
Valor da provisão no fim do exercício	<u>743.064</u>	<u>763.622</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	1.565.846	1.525.240
Custo dos serviços correntes	7.911	6.948
Custo dos juros	77.347	83.245
Benefícios pagos	-157.287	-156.647
"Curtailments" / "Settlements"	27.722	12.063
Perdas e ganhos actuariais	23.295	94.997
Responsabilidades no fim do exercício	<u>1.544.834</u>	<u>1.565.846</u>

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com estes planos são as seguintes:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custo do exercício		
Custo dos serviços correntes	7.911	6.948
Custo dos juros	77.347	83.245
Retorno dos activos dos Fundos	-46.756	-48.758
"Curtailments" / "Settlements"	27.722	12.063
Custo líquido do exercício	<u>66.224</u>	<u>53.498</u>

A evolução dos activos dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Fundos de Pensões		
Valor dos activos no início do exercício	802.224	792.192
Contribuições da empresa	25.760	-
Pensões pagas no exercício	-45.267	-44.951
Rendimento dos Fundos	46.756	48.758
Ganhos / (Perdas) actuariais	-27.703	6.225
Valor dos activos fim do exercício	<u>801.770</u>	<u>802.224</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

	Caixa Euro'000	Obrigações Euro'000	Acções Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros Euro'000	-	Total Euro'000
31 de Dezembro de 2010	1,90%	54,09%	23,00%	16,32%	4,69%		100,00%
31 de Dezembro de 2009	2,65%	53,54%	22,75%	16,35%	4,71%		100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos activos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões da EDP Distribuição foram seleccionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram seleccionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno esperada dos activos para os anos de 2011 e seguintes, de acordo com as perspectivas em Janeiro de 2011, foi determinada tendo por base os objectivos de investimento por classe de activos e as melhores estimativas do retorno no longo prazo de cada classe, como segue:

	2010		Taxa de retorno esperada para 2011 e anos seguintes	
Activos	Peso	Rentabilidade esperada classe activo	Peso	Rentabilidade esperada classe activo
Obrigações	54,00%	4,40%	52,50%	4,10%
Acções Europeias	14,00%	7,90%	14,00%	8,00%
Acções Globais	9,00%	8,00%	10,00%	8,10%
Fundos de "Hedge Funds"	3,00%	5,80%	3,00%	5,70%
Imobiliária	16,00%	6,90%	18,50%	6,40%
Outros	4,00%	8,40%	2,00%	8,30%
Total	100,0%	6,00%	100,0%	5,60%

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2010 foi de 2,55% (2009: 7,47%).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	Dez 2010	Dez 2009
Pressupostos		
Taxa de desconto	5,00%	5,20%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	175	150
Tábua de mortalidade	Idade >60 - TV88/90; Idade <=60 years - TV99/01 50%EKV 80	Idade >60 - TV88/90; Idade <=60 years - TV99/01 50%EKV 80
Tábua de invalidez		
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	15.003	15.058
Pessoal no activo	3.774	3.966
	<u>18.777</u>	<u>19.024</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios da E MPRESA é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	566.856	564.332
Custo dos serviços correntes	4.081	3.852
Custo dos juros	28.717	31.564
Benefícios pagos	-30.490	-30.921
"Curtailments"/"Settlements"	1.726	652
(Ganhos) / Perdas actuariais	4.816	-5.115
Outras variações (mútua)	2.515	2.492
Responsabilidades no fim do exercício	578.221	566.856
Valor da provisão no fim do exercício	578.221	566.856

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Custo do exercício		
Custo do serviço	4.081	3.852
Custo de juro	28.717	31.564
"Curtailment"	1.726	652
Custo líquido do exercício	34.524	36.068

28. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	26.937	27.300
Provisão para outros riscos e encargos	30.030	29.881
	56.967	57.181

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	27.300	22.802
Dotação do exercício	1.221	4.710
Redução da provisão	-1.584	-212
Saldo no final do exercício	26.937	27.300

A rubrica **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências**, no montante 26.937 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

As provisões para processos judiciais em curso contra a EDP Distribuição, incluem os seguintes processos:

i) Em anos anteriores a C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma acção judicial contra a EDP Distribuição, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP Distribuição de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta acção foi contestada pela EDP Distribuição tendo esta efectuado pedido reconvenicional de cerca de 11.200 milhares de Euros.

ii) A C.M. do Seixal intentou duas acções judiciais contra a EDP Distribuição, no valor de 3.172 milhares de Euros cada uma, relativas a taxas de ocupação da via pública.

O movimento da **Provisão para outros riscos e encargos** é analisado como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Saldo no início do exercício	29.881	36.195
Dotação do exercício	4.957	4.301
Redução da provisão	-	-2.743
Utilização da provisão	-4.808	-7.872
Saldo no final do exercício	30.030	29.881

29. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

Credores de curto prazo - Corrente:

Fornecedores	251.753	138.786
Fornecedores de imobilizado	11.292	15.664
Férias, subsídios férias e outros encargos	41.558	41.654
Valores a pagar por desvios tarifários	37.225	-
Valor a pagar pela utilização do sistema financeiro do Grupo ("Cashpooling")	36.943	771.606
IRC a pagar à EDP, S.A. (Consolidação fiscal)	99.849	94.619
Dividendos atribuídos	171.000	-
Juros a pagar por suprimentos obtidos (EDP, S.A.)	7.188	9.948
Acréscimos de custos	-	-
- Acessos à rede de transporte	30.464	72.140
- Outros	19.477	7.394
Outros credores	-	-
- Colaboradores	78	63
- Fornecimento de outros bens e serviços	12.825	4.379
- Rendas de concessão	3.705	4.182
Outros credores e operações diversas	44.248	47.692
	767.605	1.208.127

Credores de médio/longo prazo - Não corrente:

Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	362	539
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	651	754
Fornecedores de imobilizado	2.080	1.626
Valores a pagar por desvios tarifários	61.557	18.076
	64.650	20.995

O movimento do período na rubrica **Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente)** é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	16.374	-
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-17.266	-
Encargos financeiros	892	-
Desvio tarifário do exercício	-	18.076
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	18.076
Constituição desvio tarifário de 2009	18.341	-
Desvio tarifário do exercício	-	61.557
Encargos financeiros	808	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	18.076	-18.076
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	37.225	61.557

30. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	4.268	3.805
- Contribuições para a Segurança Social	4.702	4.686
- Outras tributações	3.718	4.966
	12.688	13.457

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

31. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Garantias recebidas		
De clientes	7.957	13.583
De fornecedores	30.928	30.690
	<u>38.885</u>	<u>44.273</u>
Garantias de carácter operacional		
A outras entidades	16.107	15.491
Total	<u>54.992</u>	<u>59.764</u>

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes:

Tipo	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
De materiais	8.957	8.216
De serviços	30.928	34.192
Total	<u>39.885</u>	<u>42.408</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vincendas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram no Balanço) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Dez 2010 Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Rendas vincendas de locações financeiras	2.080	742	1.090	-	248
	<u>2.080</u>	<u>742</u>	<u>1.090</u>	<u>-</u>	<u>248</u>
	Dez 2009 Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Rendas vincendas de locações financeiras	1.436	594	763	79	-
	<u>1.436</u>	<u>594</u>	<u>763</u>	<u>79</u>	<u>-</u>

32. Partes relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

A única accionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2010, é a EDP S.A.

	N.º Acções	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A.	65.109.427	100,00%	100,00%
	<u>65.109.427</u>	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

Saldo e transacções com empresas do Grupo

Os créditos devidos sobre empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Créditos Devidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	58	58
EDP Comercial	-	-	31.351	31.351
EDP, S.A.	-	-	43.590	43.590
EDP Soluções Comerciais	-	-	150	150
EDP Renováveis Portugal	-	-	1.201	1.201
EDP Serviner	-	-	223	223
EDP Serviço Universal	-	-	639.111	639.111
EME2	-	-	2.727	2.727
Inovgrid ACE	-	-	2.757	2.757
Sávida	-	-	3.447	3.447
Outras	-	-	549	549
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>725.164</u>	<u>725.164</u>

Os créditos devidos sobre empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Créditos Devidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	49	49
EDP Comercial	-	-	5.684	5.684
EDP, S.A.	-	-	16.042	16.042
EDP Serviço Universal	-	-	361.078	361.078
EME2	-	-	1.877	1.877
Inovgrid ACE	-	-	1.153	1.153
Labelec	-	-	1.585	1.585
Sávida	-	-	3.440	3.440
Outras	-	-	1.374	1.374
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.282</u>	<u>392.282</u>

Os débitos devidos sobre empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Oblidos Euro'000	Outros Débitos Devidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	744	744
EDP, S.A.	218.008	1.428.125	294.240	1.940.373
EDP Imobiliária e Participações	-	-	624	624
EDP Soluções Comerciais	2	-	16.429	16.431
EDP Serviço Universal	-181.067	-	71.742	-109.325
EDP Valor	-	-	11.713	11.713
EME2	-	-	3.912	3.912
Inovgrid ACE	-	-	3.616	3.616
Labelec	1	-	1.753	1.754
Sávida	-	-	2.455	2.455
Outras	-	-	181	181
	<u>36.944</u>	<u>1.428.125</u>	<u>407.409</u>	<u>1.872.478</u>

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Os débitos delidos sobre empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Débitos Delidos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	53	53
EDP, S.A.	3.961	628.125	120.840	752.926
EDP Soluções Comerciais	-4.270	-	17.034	12.764
EDP Valor	-	-	12.516	12.516
EME2	-	-	2.449	2.449
Inovgrid, ACE	-	-	1.354	1.354
Labelec	-	-	4.361	4.361
EDP Serviço Universal	771.915	-	-	771.915
Sávida	-	-	2.478	2.478
Outras	-	-	328	328
	771.606	628.125	161.413	1.561.144

As transacções em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2010, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Estudos e Consultoria	-	-	-4.371	-4.371
EDP, S.A.	-7.245	-39.861	-37.318	-84.424
EDP Imobiliária e Participações	-	-	-305	-305
EDP Soluções Comerciais	-	-	-56.174	-56.174
EDP Serviço Universal	-950	-	-807.498	-808.448
EDP Valor	-	-	-28.143	-28.143
EME2	-	-	-2.096	-2.096
Inovgrid ACE	-	-	-277	-277
Labelec	-	-	-3.627	-3.627
Sávida	-	-	-23.704	-23.704
Outras	-	-	-51	-51
	-8.195	-39.861	-963.564	-1.011.620

As transacções em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	-33	-33
EDP Estudos e Consultoria	-	-	-3.542	-3.542
EME2	-	-	-1.901	-1.901
EDP, S.A.	-6.097	-70.299	-39.356	-115.752
Sávida	-	-	-24.055	-24.055
Labelec	-	-	-5.228	-5.228
EDP Soluções Comerciais	-	-	-53.416	-53.416
EDP Valor	-	-	-28.987	-28.987
Outras	-	-	-482	-482
	-6.097	-70.299	-157.000	-233.396

As transacções em rubricas de proventos com empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2010 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proventos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	286.797	286.797
EDP, S.A.	-	-	10.224	10.224
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.785	1.785
EDP Renováveis Portugal	-	-	33	33
EDP Serviço Universal	1.708	-	3.074.826	3.076.534
EDP Valor	-	-	631	631
EME2	-	-	300	300
Inovgrid ACE	-	-	1.093	1.093
Sávida	-	-	162	162
Outras	-	-	253	253
	1.708	-	3.376.104	3.377.812

As transacções em rubricas de proventos com empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proventos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	113.283	113.283
EDP, S.A.	1.398	-	8.411	9.809
EDP Soluções Comerciais	-	-	1.785	1.785
EDP Serviço Universal	4.929	2.104	1.408.287	1.415.320
EDP Valor	-	-	565	565
EME2	-	-	605	605
INOGRID-ACE	-	-	730	730
Outras	-	-	497	497
	6.327	2.104	1.534.163	1.542.594

33. Transição e implementação das Contas "International Financial Reporting Standards" (IFRS) e adopção do IFRIC 12

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, que estipula que as subsidiárias de entidades com valores mobiliários admitidos à cotação num mercado regulamentado e que preparem as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, podem preparar as respectivas contas individuais em conformidade com as normas internacionais de contabilidade adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas descritas, foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, bem como na preparação do balanço de abertura de acordo com as IFRS na data de transição (1 de Janeiro de 2009).

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as IFRS, da informação comparativa para o período findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa ajustou os montantes reportados que haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC).

As diferenças entre o POC e as IFRS, com impacto nas Demonstrações Financeiras em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro de 2009, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

	31 Dez 2009		01 Jan 2009
	Resultado Líquido Euro'000	Capitais Próprios Euro'000	Capitais Próprios Euro'000
De acordo com Plano Oficial de Contabilidade (POC)	155.818	1.604.137	1.575.816
Ajustamentos IFRS/IAS:			
a) activos fixos tangíveis e intangíveis	11.037	-383.556	-394.593
b) Reconhecimento das perdas actuariais diferidas - Plano Pensões	11.876	-406.302	-330.155
b) Reconhecimento das perdas actuariais diferidas - Plano Médico	7.160	-106.771	-119.045
c) Distribuição de resultados aos empregados	-14.046	-14.046	-14.758
d) Ajustamentos da actividade regulada de electricidade	23.934	-330.493	-353.679
e) Impostos diferidos respectivos	16.181	188.172	175.902
Total dos Ajustamentos	56.142	-1.052.996	-1.036.328
Pro-Forma de acordo com IFRS/IAS	211.960	551.141	539.488
Impacto IFRS/IAS Pro-Forma vs POC (%)	36,0%	-65,6%	-65,8%

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

a) Activos Tangíveis e Intangíveis

Conforme opção permitida pelo IFRS 1, a empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, na data de transição (1 de Janeiro de 2009), o valor de balanço, incluindo o efeito das reavaliações até então efectuadas, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual é equiparável de uma forma geral, ao custo mensurado, ajustado de acordo com os IFRS, de forma a reflectir as alterações no índice geral de preços.

De acordo com o POC, os gastos de natureza geral e administrativa associados aos activos fixos tangíveis no período da sua constituição são capitalizados e amortizados de forma constante pelo período de vida útil dos activos fixos tangíveis a que estão afectos. De acordo com os IFRS, estes gastos não são capitalizáveis, sendo considerados como custo no período em que ocorrem, pelo que com referência à data de transição estes montantes foram anulados por contrapartida de reservas.

Conforme permitido pelo POC, a empresa capitalizou em anos anteriores ganhos e perdas relacionados com diferenças cambiais resultantes de empréstimos contratados em moeda estrangeira com vista ao investimento em activos fixos. Nos termos definidos pelos IFRS, essas diferenças cambiais não são capitalizáveis, sendo registados em resultados no período em que ocorrem, pelo que estes montantes foram igualmente anulados por contrapartida de reservas na data de transição.

Igualmente e de acordo com o POC, as despesas de instalação, as despesas de investigação e desenvolvimento e outros custos diferidos são capitalizados e amortizados pelo seu período de vida útil. Os IFRS, consideram que essas despesas são custos de período que ocorrem, não sendo capitalizáveis, excepto se for expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros e esses benefícios possam ser determinados com facilidade.

b) Reconhecimento das perdas actuariais diferidas

A empresa atribui benefícios de reforma aos seus colaboradores sobre a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada. Nalguns casos são ainda concedidos benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e reforma antecipada através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde. As responsabilidades e as despesas anuais, com actos médicos e com pensões relativas a planos de benefícios definidos são determinados numa base actuarial.

Nos termos definidos pelo POC, os ganhos e perdas actuariais diferidos são amortizados de acordo com o método do "corredor". Este método determina que, até 10% do maior montante entre o valor actual das responsabilidades e o valor dos activos do plano, os ganhos e perdas actuariais não sejam reconhecidos ou amortizados como parte do custo líquido do ano. Os ganhos e perdas actuariais fora do valor do corredor são diferidos pelo número médio remanescente de anos de serviço dos empregados.

Conforme disposto no IFRS 1, a empresa optou por reconhecer a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes, na data de transição (1 de Janeiro de 2009), por contrapartida de reservas.

c) Distribuição de resultados aos empregados

Os accionistas da empresa podem deliberar distribuir uma parte de resultados do exercício a colaboradores compelindo ao Conselho de Administração definir os respectivos critérios de distribuição. Estes montantes a pagar correspondem a uma distribuição de resultados com a mesma natureza dos dividendos pagos aos accionistas, pois são legalmente uma transferência de direitos, dos accionistas para os colaboradores.

De acordo com o POC esta distribuição de resultados era registada em reservas no ano em que era paga após aprovação dos accionistas na Assembleia Geral, sendo fiscalmente dedutível nos resultados do ano a que se referia. De acordo com o IAS 19 as gratificações aos empregados são registadas como custo do próprio exercício em que os serviços são prestados. Em consequência desta política, os bónus a colaboradores, distribuídos em 2009 foram ajustados por contrapartida de reservas em 1 de Janeiro de 2009.

d) Ajustamentos derivados da actividade regulada de electricidade

Em actividades sujeitas a regulação, os métodos de alocação de custos e proveitos, aos períodos contabilísticos, podem diferir dos métodos contabilísticos geralmente adoptados em actividades não reguladas. Quando for estabelecido um período de atribuição de custos ou proveitos, pela entidade reguladora, nos exercícios futuros, para efeitos contabilísticos, as demonstrações financeiras, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, reflectem um activo ou passivo regulatório que de outra forma, seriam reconhecidos em resultados do exercício.

A EDP Distribuição, S.A. estabeleceu, para os exercícios de 2003 e 2004, um plano de reestruturação da sua actividade que implica uma redução do seu número de colaboradores. O referido plano prevê que a redução se concretize na sua maior parte através de acordos de pré-reforma, reforma antecipada ou indemnizações. Os custos associados a este plano de reestruturação foram aceites pela Entidade Reguladora (ERSE) como um investimento amortizável por um período de 20 anos, tendo sido registado um activo nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC.

De acordo com a estrutura conceptual dos IFRS, os activos e passivos regulatórios não são reconhecidos pelo que, no momento da transição, o referido activo foi anulado por contrapartida dos capitais próprios.

e) Impostos diferidos respectivos

Os encargos com o imposto sobre rendimento são apurados tendo em consideração as disposições legais em vigor, sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de imposto.

Desta forma, o ajustamento relativo a impostos diferidos respeita ao impacto dos ajustamentos referidos anteriormente, sempre que de acordo com os princípios definidos pelo IAS 12, houver lugar a diferenças temporais entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais que resultam no diferimento de imposto ou no registo de uma responsabilidade.

Adopção da Interpretação IFRIC 12

A IFRIC 12 tem como objectivo fornecer um enquadramento contabilístico à actividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública.

A IFRIC 12 foi adoptada pela Comissão da União Europeia em 25 de Março de 2009, aplicando-se aos exercícios que iniciem após aquela data. No Grupo EDP, a aplicação desta interpretação é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo obrigatória a apresentação de comparativos para o exercício de 2009.

A IFRIC 12 aplica-se aos contratos de concessão publico-privados nos quais o concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla / detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da IFRIC 12, uma concessão publico-privada apresentará, tipicamente, as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer directamente do concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

Na EDP Distribuição, a IFRIC 12 é aplicável às concessões de Alta/Média Tensão (RND) e Baixa Tensão (Municípios) da EDP Distribuição, sendo aplicável o Modelo Misto, conforme descrito nas políticas contabilísticas.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Balanço Pro-forma IFRS em 31 de Dezembro de 2009

O Balanço Pro-forma IFRS, com referência a 31 de Dezembro de 2009, pretende apresentar para efeitos comparativos o impacto da adopção integral das referidas IFRS, na empresa. Na preparação desta demonstração financeira Pro-forma IFRS, foram efectuados ajustamentos aos valores relatados nas demonstrações financeiras, à mesma data, preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

	Contas POC 31-Dez-09	Reclassifica- ções	Ajust. IFRS 31-dez-09	IFRIC 12 31-dez-09	Contas IFRS 31-dez-09
Activo					
Activos fixos tangíveis	4.668.597	-	(388.770)	(4.166.304)	113.523
Activos intangíveis	188	-	(188)	2.393.913	2.393.913
Investimentos financeiros	105.120	(20)	-	-	105.100
Activos financeiros disponíveis para venda	-	20	-	-	20
Activos por impostos diferidos	189.317	-	184.450	-	373.767
Clientes de médio e longo prazo	82.580	-	-	-	82.580
Devedores e outros activos de MLP	332.718	27	(330.492)	229.926	232.179
Total de activos Não Correntes	5.378.520	27	(535.000)	(1.542.465)	3.801.082
Inventários	18.377	-	-	-	18.377
Clientes de curto prazo	185.306	173.624	-	-	358.930
Devedores e outros activos CP	47.634	150.785	(60)	-	198.359
Acréscimos e diferimentos activos	308.643	(308.643)	-	-	-
Impostos a receber	6.736	-	-	-	6.736
Caixa e equivalentes de caixa	880	-	-	-	880
Total de Activos Correntes	567.576	15.766	(60)	-	583.282
Total do Activo	5.946.096	15.793	(535.060)	(1.542.465)	3.884.364
Capitais Próprios					
Capital	1.024.500	-	-	-	1.024.500
Prestações suplementares	95.000	-	-	-	95.000
Reservas e resultados acumulados	328.819	-	(1.109.138)	-	(739.319)
Dividendos antecipados	41.000	-	-	-	211.960
Resultado líquido do exercício	155.818	-	56.142	-	(41.000)
Total dos Capitais Próprios	1.604.137	-	(1.052.996)	-	551.141
Passivo					
Dívida financeira	628.125	-	-	-	628.125
Benefícios empregados	-	830.799	513.073	-	1.343.872
Provisões	893.399	(830.766)	(5.452)	-	57.181
Passivos por impostos diferidos	65.188	-	(3.722)	-	61.466
Credores e outros passivos MLP	1.256	1.428.080	-	(1.408.341)	20.995
Total dos Passivos Não Correntes	1.587.968	1.428.113	503.899	(1.408.341)	2.111.639
Credores e outros passivos CP	1.044.138	284.076	14.037	(134.124)	1.208.127
Acréscimos e diferimentos passivos	1.696.396	(1.696.396)	-	-	-
Impostos a pagar	13.457	-	-	-	13.457
Total dos Passivos Correntes	2.753.991	(1.412.320)	14.037	(134.124)	1.221.584
Total do Passivo	4.341.959	15.793	517.936	(1.542.465)	3.333.223
Total dos Capitais Próprios e Passivo	5.946.096	15.793	(535.060)	(1.542.465)	3.884.364

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro são as seguintes:

- De acordo com as alterações emitidas em 23 de Julho de 2009, as entidades do sector do petróleo e gás que decidam passar a utilizar as IFRS podem contabilizar os seus activos de petróleo e gás pelo valor de avaliação ao abrigo dos princípios contabilísticos que aplicavam anteriormente. As entidades que decidam utilizar essa isenção devem mensurar os passivos de descomissionamento, da restauração e similares, respeitantes a activo em petróleo e gás, de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e reconhecer esses passivos como resultados retilidos. O documento emitido pelo IASB contempla igualmente a reavaliação da determinação das locações. Estas alterações são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

- Isenção da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, no que respeita à mensuração pelo justo valor e ao risco de liquidez quando esses períodos comparativos terminem antes de 31 de Dezembro de 2009, não pode ser utilizada pela entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS, o objectivo da alteração é proporcionar uma isenção opcional. Desde modo, evita-se a potencial aplicação retrospectiva e os adoptantes pela primeira vez não fiquem em desvantagem em relação às entidades que já prepararam as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, isto é, podem utilizar as mesmas disposições transitórias permitidas a essas entidades. Esta alteração ocorreu em Janeiro de 2010 e é efectiva a partir da data de início do primeiro exercício após 30 de Junho de 2010.

A empresa não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 2 (Alterada) – Pagamento com base em acções

As alterações ao IFRS 2 - Pagamento com base em acções, são efectivas para exercícios que comecem após 31 de Dezembro de 2009.

Estas alterações clarificam como uma empresa subsidiária inserida num grupo deve proceder ao tratamento contabilístico de pagamentos com base em acções nas suas demonstrações financeiras.

Desde modo, é clarificado que:

- uma entidade que receba bens ou serviços através de um acordo de pagamento em acções deve contabilizar os mesmos, independentemente da entidade da empresa que vier a liquidar a transacção e de o mesmo ser liquidado em acções ou em dinheiro.
- a expressão "grupo" tem o mesmo significado que na IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, isto é, inclui apenas a empresa-mãe e as suas subsidiárias.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de concessão de Serviços. Em 25 de Março de 2009, a Comissão da União Europeia formalizou a adopção da IFRIC 12, sendo aplicável para os exercícios iniciados após 29 de Março de 2009. Desta forma, a IFRIC 12 foi aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP a partir de 1 de Janeiro de 2010, com os respectivos comparativos referentes ao exercício de 2009.

A IFRIC 12, pretende dar enquadramento contabilístico à actividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão pública-privada, cujo objectivo seja a prestação de um serviço de utilidade pública.

Esta interpretação é aplicável nos casos em que o concedente mantém o controlo dos serviços prestados pelo operador aos utilizadores do serviço, no que se refere à sua natureza e tipo, mantém o controlo dos preços praticados e detém um interesse residual significativo nas infraestruturas abrangidas pela concessão.

O Grupo EDP avaliou o impacto da adopção desta interpretação nas diferentes subsidiárias em Portugal e nas restantes geografias, tendo chegado às seguintes conclusões:

Em Portugal

Foram identificadas na actividade de distribuição em Portugal, as concessões com os Municípios para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, a concessão com o Estado para a distribuição de energia eléctrica em alta e média tensão (EDP Distribuição), assim como a concessão com o Estado para a distribuição de gás natural em baixa e média pressão (EDP Gás). Na actividade de produção de energia eléctrica foram igualmente identificadas licenças para exploração de mini-hídricas na EDP Produção e no Grupo Pebble Hydro, igualmente enquadráveis na IFRIC 12.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a acionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a acionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a acionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta interpretação.

34. Eventos relevantes ou subsequentes

Após a data do balanço não ocorreram eventos que originem ajustamento às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2010 ou que requeiram divulgação.

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que A empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico ("deemed cost") dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A empresa não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para os activos transferidos a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Desta forma a IFRIC 18 foi aplicada nas demonstrações financeiras da empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma foi adoptada prospectivamente pela empresa.

Em Maio de 2009, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a empresa em 2010, tal como segue:

- Alteração à IFRS 2 - Pagamentos com base em acções, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração clarifica que uma entidade não deve aplicar esta IFRS a transacções em que a entidade adquire bens como parte de activos líquidos adquiridos numa concentração de actividades conforme definido pela IFRS 3 (Revisão) - Concentrações de actividades Empresariais.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e Unidades operacionais descontinuadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração clarifica as divulgações necessárias a respeito de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda ou unidades operacionais descontinuadas (i) divulgações específicas a respeito de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda ou unidades operacionais descontinuadas e (ii) divulgações sobre a mensuração de activos e passivos num grupo para alienação que não se integrem no âmbito do requisito de mensuração da IFRS 5 e essas divulgações não foram feitas nas outras notas às demonstrações financeiras.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 8 - Segmentos operacionais, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma determina que os réditos provenientes de clientes externos devem ser relatados por segmentos. A informação por segmentos relativa a anos anteriores, relatada como informação comparativa respeitante ao primeiro ano de aplicação, deve ser reexpressa de modo a cumprir os requisitos da presente IFRS, salvo se as informações necessárias não se encontram disponíveis e o custo da sua elaboração for excessivo.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada estabelece regras de classificação para um passivo corrente.

A empresa não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma determina que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

A empresa não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 17 - Locações, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração a esta norma determina que quando uma locação inclui tanto o elemento terrenos como o elemento edifícios, a classificação de cada elemento como uma locação financeira ou operacional. Relativamente às disposições transitórias, deve-se reavaliar a classificação do elemento terreno em locações não expiradas na data de adopção desta alteração. Adicionalmente deve-se reconhecer uma locação recém-classificada como locação financeira retrospectivamente em conformidade com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 36 - Imparidade de activos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada a esta norma clarifica que cada unidade ou grupo de unidade ao qual o goodwill seja assim imputado (i) deve representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o goodwill é monitorizado para finalidade de gestão interna e (ii) não deve ser maior do que um segmento operacional conforme definido pelo parágrafo 5 da IFRS 8 - Segmentos Operacionais antes da agregação.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada clarifica que podem ser desenvolvidas técnicas para mensuração inicial de um activo intangível adquirido numa concentração de actividades empresariais se o seu objectivo for o de estimar o justo valor e se essas técnicas reflectem transacções e práticas correntes do sector ao qual o activo pertença.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração efectuada clarifica que esta norma não é aplicável aos contratos "forward" celebrados entre uma adquirente e uma accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida, do qual resultará uma concentração de actividades empresariais numa data de aquisição futura sendo que, o prazo do contrato forward não deve exceder o período necessário para obter qualquer aprovação necessária e para concluir a transacção. A alteração clarifica também que uma opção call, put ou pré-pagamento embutida num contrato de dívida de acolhimento ou num contrato de seguro de acolhimento não está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento a não ser que: (i) que o preço de exercício da opção seja aproximadamente igual em cada data de exercício ao custo amortizado do instrumento de dívida de acolhimento ou à quantia escriturada do contrato do seguro de acolhimento ou (ii) o preço de exercício de uma opção ou pré-pagamento reembolse o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRIC 9 - Reavaliação de derivados embutidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. A alteração a esta norma determina que esta interpretação não se aplica a derivados embutidos em contratos adquiridos (i) numa concentração de actividades empresariais, (ii) numa concentração de entidades ou actividades empresariais sob controlo comum conforme descrito nos parágrafos 81-84 da IFRS 3 (revisão em 2008), ou (iii) na formação de um empreendimento conjunto conforme definido na IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRIC 16 - Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010. Esta alteração estabelece que um instrumento de cobertura pode ser detido por qualquer entidade ou entidades de um grupo, desde que sejam satisfeitos os requisitos de designação, documentação e eficácia do parágrafo 88 da IAS 39 relacionadas com a cobertura de um investimento líquido.

A empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a empresa

IAS 24 (Revisão) - Divulgações de Partes Relacionadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IAS 24 (Revisão) – Divulgações de Partes Relacionadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

A versão revista da IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, simplifica os requisitos de divulgação para as entidades ligadas à administração pública e clarifica a definição de uma parte relacionada. Desde modo, a norma exige que as entidades divulguem nas suas demonstrações financeiras as informações relativas às transacções com as partes relacionadas. Em termos gerais, duas partes estão relacionadas entre si, se uma delas controla ou influencia a outra.

As principais alterações são as seguintes:

- Isenção parcial dos requisitos de divulgação do parágrafo 18 no que respeita às transacções e saldos pendentes com entidades ligadas à administração.
- Simplificação da definição de "parte relacionada".

A empresa não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

IFRIC 14 (alterada) - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, alterações à IFRIC 14 – Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Estas alterações foram adoptadas pela União Europeia em Julho de 2010.

A alteração à IFRIC 14, é em si uma interpretação da norma IAS 19 Benefícios dos Empregados. A alteração aplica-se quando uma entidade está sujeita a requisitos de financiamento mínimos e faz um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas necessidades. A alteração permite que uma entidade trate o benefício de um pagamento antecipado como um activo.

A empresa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

notas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir da data de início do seu primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2010, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação trata o modo como uma entidade deve contabilizar as transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Uma entidade não deve aplicar esta interpretação a transacções numa situação que:

- o credor é também accionista, directa e indirectamente, e actua na sua capacidade de accionista directo ou indirecto;
- o credor e a entidade são controlados pela mesma parte ou partes antes e após a transacção e esta inclui, na sua substância, uma distribuição de capitais próprios pela entidade ou uma contribuição para os capitais próprios da entidade;
- a extinção do passivo financeiro através da emissão de títulos de capital próprio está em conformidade com os termos originais do passivo financeiro.

Esta interpretação visa clarificar que:

- os instrumentos de capital próprios da entidade emitidos a um credor fazem parte da retribuição para extinguir o passivo financeiro;
- os instrumentos de capital próprio são mensurados pelo seu justo valor. Se o seu justo valor não puder ser mensurado de forma fiável, esses instrumentos devem ser mensurados de modo a reflectir o justo valor do passivo financeiro extinto;
- a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) extinto e a retribuição paga deve ser reconhecida como lucro ou prejuízo. Os instrumentos de capital próprio emitidos devem ser reconhecidos inicialmente e mensurados à data em que o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é extinto.

A empresa está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

36. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em activos fixos tangíveis durante os exercícios de 2010 e 2009, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Protecção do ar e do clima	33	19
Protecção da biodiversidade e paisagem	8.645	6.614
Gestão de resíduos	11	57
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	-	51
Redução de ruído e radiações	3	21
	<u>8.692</u>	<u>6.762</u>

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	Dez 2010 Euro'000	Dez 2009 Euro'000
Protecção do ar e do clima	93	73
Protecção da biodiversidade e paisagem	1.049	1.002
Gestão de resíduos	295	1.572
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.057	1.384
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	106	194
Outras despesas	182	43
	<u>2.782</u>	<u>4.268</u>

Os proveitos ambientais reconhecidos no exercício de 2010 estão relacionados com a venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 46 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 119 milhares de euros) e venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 1.143 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2009: 3.283 milhares de euros), não tendo havido incentivos públicos relacionados com protecção ambiental.

EDIÇÃO EDP - Energias de Portugal, S.A.
Direcção de Marca e Comunicação
Praça de Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa

DESIGN happy brands

IMPRESSÃO Dilazo - Artes Gráficas, Lda

TIRAGEM XXXXX exemplares

DEPÓSITO LEGAL XXXXXXXX

Abril 2011

EDP distribuição